

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMILA FERNANDES DA SILVA

**CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS INTRODUZIDAS
POR “CASO” NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

TRÊS LAGOAS - MS

2018

CAMILA FERNANDES DA SILVA

**CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS INTRODUZIDAS
POR “CASO” NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos) do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Taísa Peres de Oliveira

TRÊS LAGOAS - MS

2018

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dra. Taísa Peres de Oliveira
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

1º examinador: Prof^a. Dra. Flávia B. de Menezes Hirata-Vale
(Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR)

2º examinador: Prof^a. Dra. Solange de Carvalho Fortilli
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

Suplente: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
(Universidade Estadual Paulista – UNESP)

Suplente: Prof. Dr. Michel Gustavo Fontes
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

TRÊS LAGOAS

2018

Aos meus avós, Orminda, Silvia, e
Antônio.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Taísa Peres de Oliveira, por acreditar no meu potencial, por sempre me incentivar a seguir a carreira acadêmica, por compartilhar comigo seus valiosos conhecimentos, pela dedicação e comprometimento prestados a mim e a essa pesquisa, e por me apresentar (e me inserir) aos estudos da zona da condicionalidade, que se tornaram tão caros para a pesquisadora que tenho me tornado.

Ao professor Edson Rosa, que foi meu primeiro orientador na graduação, e o primeiro que despertou em mim o interesse pelos estudos linguísticos.

À professora Joceli Stassi-Sé, por ter sido peça essencial na minha formação como professora e pesquisadora, e pela atenção, carinho e dedicação que me foi proporcionada quando fui sua orientanda.

À professora Solange de Carvalho Fortilli, por ter me apresentado aos estudos do funcionalismo linguístico, e através de sua paciência, atenção e preocupação, fazer-me dar os primeiros passos como funcionalista, sempre me incentivando e me apoiando com muita seriedade, respeito, e carinho.

À professora Flávia Hirata-Vale, pela valiosa orientação prestada a mim sobre as orações condicionais, a qual fez papel muito importante nesta pesquisa.

Ao professor Michel Fontes, por ter aceitado ler este trabalho e contribuir com minha pesquisa, pelas conversas de corredor que são sempre muito frutíferas e acolhedoras. Por me auxiliar como docente na UFMS e sempre estar disposto a partilhar seus conhecimentos e experiências comigo.

À professora Claudete Cameschi, à professora Aparecida Isquendo, à professora Elizabete Marques, e ao professor Sebastião Carlos Leite Gonçalves, pelos valiosos ensinamentos e pelas recomendações que foram essenciais para meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus amigos da pós-graduação, com quem aprendi e compartilhei não só conhecimentos e congressos, mas risadas, desabafos, conselhos. Em especial, à Ingridy que tem me acompanhado desde a graduação, e à Poliana, por ter sido tão presente na minha vida, emprestar livros e dividir experiências.

Aos meus colegas e professores do grupo de estudos sociofuncionalistas, onde pude debater inúmeras dúvidas e também aprender cada vez mais sobre a teoria com a qual este trabalho está vinculado.

Aos professores da UFMS e do Programa de Pós-graduação que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação e crescimento acadêmico.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-graduação, pela atenção e informações oferecidas.

Às psicólogas da UFMS, pelo suporte prestado a mim, nessa fase.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional oferecido a mim, não só agora, mas em toda minha vida. À minha mãe, por nunca medir esforços para me motivar e me apoiar no que fosse necessário para que eu conseguisse realizar meus sonhos. E ao meu pai, por estar sempre presente com palavras de conforto e amor, e por acreditar sempre em minha capacidade.

Às minhas irmãs, por serem minhas melhores amigas e companheiras, por tornarem a minha vida mais feliz e alegre.

Ao meu namorado, Lucas, que me apoiou e sempre me motivou com muito carinho e me ofereceu suporte em todas as etapas da pós-graduação, com quem dividi minhas preocupações, dificuldades, e alegrias deste processo.

A todos meus amigos, que, de alguma forma, estiveram presentes e participaram da minha vida, torcendo pelas realizações de meus projetos.

À CAPES, por financiar o desenvolvimento da minha pesquisa.

RESUMO

SILVA, Camila Fernandes da. **Construções condicionais introduzidas por “caso” no português do Brasil**. Dissertação (Mestrado, Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2018.

Neste trabalho investiga-se a construção condicional introduzida por *caso* no português contemporâneo do Brasil considerando-se que a relação de condicionalidade constitui-se um campo complexo em que se abriga uma variedade de formas que podem expressar diferentes sentidos. A base teórica para este trabalho é a teoria funcionalista da linguagem aliada às contribuições da linguística cognitiva, as quais sustentam nossa visão de que a língua deve ser tratada em seu uso real, efetivo, como um instrumento de comunicação em que o contexto cultural, social e cognitivo influencia significativamente no modo como a língua é estruturada. Acredita-se que a construção introduzida por *caso* possui comportamento específico e apresenta diferenças pragmáticas, semânticas e morfosintáticas, e, portanto não deve ser avaliada como equivalente à construção condicional canônica do português brasileiro. Assim, o objetivo principal desta dissertação é mostrar de que modo se constrói a relação de condicionalidade nas construções introduzidas por *caso*. Especificamente, o propósito do trabalho é descrever e analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções condicionais iniciadas por *caso*, a fim de possibilitar sua caracterização para o português do Brasil e desse modo, verificar quais são os principais traços que permitem que essa construção possa ser considerada como um exemplar da categoria condicional. Para isso, foram elencados como critérios de análise os parâmetros de condicionalidade definidos por Dancygier (1998) os quais são: (i) Causalidade, (ii) Não-assertividade, (iii) Predição, (iv) Distância epistêmica e (v) Espaços mentais. Avaliamos, além dos traços de condicionalidade, parâmetros formais como a posição da oração condicional em relação à oração núcleo, e o tempo e modo verbal da construção. Neste estudo, foram consideradas ocorrências do português brasileiro contemporâneo, coletadas no banco de dados disponível online *Corpus do português* (www.corpusdoportuguês.org). Os resultados confirmam que, dada a peculiaridade do conector *caso*, a ideia de condição se estabelece nas construções por ele introduzidas de forma particular, se distinguindo do exemplar canônico em diferentes pontos.

Palavras-chave: Construções Condicionais; Condicionalidade; Categoria Conceitual; Parâmetros de Condicionalidade.

ABSTRACT

This work aims to investigate the conditional construction introduced by *caso* in contemporary Brazilian Portuguese considering that the conditionality relation constitutes a complex category in which covers a variety of forms that can express different meanings. The theoretical basis for this work is the functionalist theory of language allied to the cognitive linguistics contributions, which support our view that language should be treated in its actual, effective use as an instrument of communication in which the cultural, social and cognitive contexts influences significantly in the way the language is structured. It is believed that the construction introduced by *caso* has a specific characteristic and presents pragmatic, semantic and morphosyntactic differences, and therefore should not be evaluated as equivalent to the prototypical conditional construction of Brazilian Portuguese. Thus, the main objective of this dissertation is to show how the conditionality meaning in the constructions introduced by *caso* is constructed. Specifically, the purpose of this paper is to describe and analyze the syntactic, semantic and pragmatic aspects of the conditional constructs initiated by the *caso*, in order to allow its characterization for the Brazilian Portuguese and thus to verify the basic aspects that allow this construction can be considered as a member of the conditionality category. For this, were selected as the criteria of analysis the parameters of the conditionality defined by Dancygier (1998) which are: (i) Causality, (ii) Non-assertiveness, (iii) Prediction, (iv) Epistemic distance and (v) Mental spaces. We evaluate, in addition to the parameters of the conditionality, formal parameters such as the conditional clause position in relation to the main clause, and the time and verbal mood of the construction. In this study, occurrences of contemporary Brazilian Portuguese were considered, collected in the database available online Corpus do Português (www.corpusdoportugues.org). The results confirm that, given the peculiarity of the *caso* connector, the meaning of condition is established in the constructions introduced by the *caso* in a specific scheme, distinguishing itself from the prototypical pattern in different points.

Key words: Conditional Constructions; Conditionality; Conceptual Category; Conditionality Parameters.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dinamismo da gramática	18
Quadro 2: Processos de vinculação de orações segundo Hopper e Traugott (1993)	29

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Espaços Mentais.....	49
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Domínios cognitivos em condicionais introduzidas por <i>caso</i>	62
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequência de domínios cognitivos em condicionais introduzidas por <i>caso</i>	55
Tabela 2: Frequência das condicionais introduzidas por <i>caso</i> em relação ao parâmetro predição	72
Tabela 3: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “ <i>caso</i> ”	77
Tabela 4: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “ <i>caso</i> ”	78
Tabela 5: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “ <i>caso</i> ”	78
Tabela 6: Frequência da posição da oração condicional em relação à oração núcleo.....	79
Tabela 7: Ocorrência da posição da oração condicional em relação ao domínio cognitivo....	84
Tabela 8: Frequência da correlação modo-temporal em construções condicionais com “ <i>caso</i> ”	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA	14
2.1 As relações entre língua, uso e cognição	20
3 AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS	28
3.1 O modo de articulação das construções complexas de expressão “condicional”	28
3.2 A expressão da condicionalidade	30
3.3 A condicionalidade como categoria conceitual	37
3.3.1 Causalidade	39
3.3.2 Não-assertividade	42
3.3.3 Predição	44
3.3.4 Distância Epistêmica	46
3.3.5 Espaços Mentais	48
3.4 Parâmetros Formais	50
3.4.1 A posição da oração em relação ao núcleo	50
3.4.2 A correlação modo-temporal	51
4 METODOLOGIA	53
5 AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS INTRODUZIDAS POR “CASO”	55
5.1 A causalidade em construções condicionais introduzidas por “caso”	55
5.2 A não-assertividade em construções condicionais introduzidas por “caso”	63
5.3 A predição em construções condicionais introduzidas por “caso”	68
5.5 A distância epistêmica em construções condicionais introduzidas por “caso”	72
5.6 Espaços mentais em construções condicionais introduzidas por “caso”	76
5.6 A posição da construção condicional introduzida por “caso”	79
5.7 A correlação modo-temporal em construções condicionais introduzidas por “caso”	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, toma como objeto de análise as construções condicionais introduzidas pelo conector *caso*, numa abordagem funcional-cognitivista, nos moldes de (Bybee, 2010; Dancygier, 1998). Entendendo-se que a condicionalidade é uma categoria complexa que abriga diversas construções de natureza bastante ampla e distinta, nosso objetivo mais geral é possibilitar a compreensão dessa estrutura e também verificar sua relação com a categoria por meio da análise dos parâmetros de condicionalidade.

Compreende-se como construção condicional aquela que apresenta a moldura *se p q*, estrutura mais ampla do português brasileiro, na qual estão presentes os aspectos mais básicos para a interpretação da condicionalidade. Assim, as orações condicionais são caracterizadas por serem introduzidas por um conector condicional e por apresentarem uma situação hipotética em *p* que leva à implicação da situação descrita na oração núcleo (*q*). É o que notamos na construção introduzida por *caso*, ilustrada abaixo:

- (1) *Caso os responsáveis pela ação desejem continuar com o processo, os militares da ativa terão direito ao retroativo.* (Corpus do Português: G BR a4demaio.blogspot.com)

Verifica-se que a construção iniciada pelo conector *caso* permite uma leitura semântica de condicionalidade construída na relação hipotética entre duas orações (*p* e *q*). Como podemos observar, a oração introduzida por *caso*, denominada prótase, funciona como uma situação hipotética que precisa ser verificada para que seja considerada a verdade/adequação da situação descrita na oração principal, chamada de apódose. Desse modo, no exemplo em (1) a situação contida na prótase “Caso os responsáveis pela ação desejem continuar com o processo” deve ser atestada para que o evento da apódose “os militares da ativa terão direito ao retroativo” seja validado. Como pretendemos demonstrar nesta pesquisa, vê-se, a partir daí, que a oração introduzida por *caso* constitui a situação que condiciona o evento da oração principal.

Sabe-se que no português do Brasil estão disponíveis diferentes tipos de conjunções simples e complexas que podem marcar condição. Nesse contexto, *Caso* é descrito, geralmente, como um tipo de conector que pode substituir a conjunção *se* de uma oração condicional. Neste trabalho, partimos do pressuposto de que as construções

condicionais introduzidas por *caso* não são equivalentes ao exemplar prototípico, e *caso* não pode ser utilizado para substituir a conjunção *se* na oração, uma vez que são duas formas distintas e, portanto devem apresentar significados e estruturas diferentes.

Essa questão é discutida por diversos autores, como é o caso, na língua portuguesa, de Oliveira (2008), que ressalta que as diferentes construções condicionais não devem ser tratadas como equivalentes, pois manifestam valores semânticos diferentes, e atendem também a propósitos comunicativos distintos. Uma vez que este trabalho parte da visão funcionalista da linguagem, compreende-se que “se uma construção é sintaticamente distinta de outra(s), também deve ser semântica ou pragmaticamente distinta” (GOLDBERG, 1995, p. 67).

Acredita-se, como se vê em Goldberg (1995), que o sistema linguístico constitui uma rede de construções, em que significado e estrutura estão intrinsecamente relacionados e não podem ser avaliados isoladamente. Pode-se compreender que o significado condicional é um resultado de um processo de convencionalização da relação entre aspectos da estrutura linguística e traços de sua interpretação semântico-pragmática (OLIVEIRA; HIRATA-VALE, 2017). Assim, o entendimento das construções condicionais introduzidas por *caso* não pode prescindir de uma análise que considere as construções condicionais conforme o tipo de significado que ela manifesta. Isto porque o significado condicional manifesta-se em variadas nuances semântico-pragmáticas, o que quer dizer que diferentes formas podem assumir diferentes funções.

Nesse sentido, o objetivo principal desta dissertação é mostrar de que modo se constrói a relação de condicionalidade nas construções introduzidas por *caso*. Pretende-se analisar as orações condicionais iniciadas por *caso* como uma construção¹, e assim, mapear o pareamento entre forma e significado que dão origem à interpretação condicional nelas manifestada. Especificamente, o presente trabalho tem a intenção de examinar as construções condicionais introduzidas por *caso* segundo aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, a fim de compreender como as construções introduzidas por *caso* estão estruturadas e quais traços composicionais revelam seu significado condicional bem como confirmar se as construções iniciadas por *caso* podem ser consideradas como um exemplar da categoria condicional e como essa

¹ Conforme Goldberg (1995), as unidades básicas da linguagem são construções gramaticais sempre que constituírem uma relação entre uma contraparte formal e outra, de significado estritamente previsível e regular na língua, de modo que não haja outra forma de se expressar um determinado conteúdo linguístico. Essa relação é baseada no uso e pode ocorrer em qualquer nível da gramática.

construção se relaciona com o exemplar prototípico em termos de semelhanças e distinções. Para isso, selecionamos como critérios de análise os parâmetros de condicionalidade definidos por Dancygier (1998), quais sejam: (i) causalidade, (ii) não-assertividade, (iii) predição, (iv) distância epistêmica e (v) espaços mentais. Além dos traços de condicionalidade, elencamos parâmetros formais como a posição da oração condicional em relação à oração núcleo, e o tempo e modo verbal da construção.

Dado que aqui se descreve as construções condicionais introduzidas por *caso* na língua em uso, este trabalho tem como base teórica os preceitos funcionalistas e cognitivistas (DANCYGIER, 1998; DANCYGIER, SWEETSER, 2005; BYBEE, 2010). Considera-se que a língua é um instrumento de interação social e a linguagem deve ser analisada segundo suas relações com o uso e a cognição. Também são utilizados alguns aportes da abordagem construcional (GOLDBERG, 1995; 2006; TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013).

Para cumprir os objetivos mencionados, a presente dissertação se organiza em quatro capítulos. O primeiro capítulo contém a fundamentação teórica da pesquisa, em que discorremos sobre a abordagem funcional da linguagem, os modelos funcionalistas que pretendemos adotar, a visão de língua, de gramática, e princípios de análise que serão levados em conta neste trabalho. O segundo capítulo mostra a condicionalidade abordada e definida nos estudos funcionalistas, destacando em especial o modo como a categoria pode ser caracterizada através de traços formais, funcionais e cognitivos. No terceiro capítulo, descrevemos a metodologia de análise que guiará esta dissertação. Assim, discute-se a seleção de *córpus* e apresentamos os parâmetros de análise que serão utilizados neste trabalho bem como os objetivos da pesquisa. O quarto capítulo traz a análise dos dados, revelando a natureza das construções condicionais introduzidas por *caso*, segundo os parâmetros de condicionalidade, a posição da condicional em relação à oração núcleo, e as correlações modo-temporais atualizadas na construção. Nas considerações finais se discutem e avaliam os resultados sistematizados e obtidos através das análises das condicionais com *caso* em uso no português contemporâneo do Brasil.

Os resultados desta dissertação demonstram que a construção condicional introduzida por *caso* apresenta características específicas para a expressão de condicionalidade, mostrando-se diferente em relação ao exemplar prototípico em diversos pontos.

2 O FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA

No interior do quadro teórico funcionalista, existem diferentes modelos marcados por distinções e especificidades, no entanto, é importante ressaltar que há uma série de similaridades que unem os modelos e caracterizam, assim, a visão funcionalista da linguagem (NEVES, 2012). Nesse ensejo, esta dissertação não se filia a uma abordagem funcionalista exclusiva, mas pretende entrelaçar propostas que melhor guiarão as ações desta pesquisa. Este capítulo, portanto, tem como objetivo discorrer sobre as perspectivas teóricas adotadas e apresentar quais princípios funcionalistas que melhor respaldam a análise que se pretende fazer.

O tratamento funcional da linguagem tem como premissa básica a consideração dos componentes linguísticos (sintáticos e semânticos), observados em seu uso real, na interação verbal (componente pragmático). Trata-se, assim, de uma corrente linguística que se preocupa em analisar a relação entre estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Desse modo, procura-se entender de que modo o uso da língua pode afetar o sistema linguístico. Basicamente, considera-se a relação intrínseca entre o sistema linguístico e o seu uso em situações reais de comunicação.

Na visão funcionalista, a língua deve ser entendida basicamente como um instrumento de interação social entre os seres humanos, utilizada com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Nesse sentido, o foco central da abordagem teórica funcionalista é investigar como se dá a comunicação e a interação a partir de uma língua natural, isto é, como os usuários da língua se comunicam eficientemente (HALLIDAY, 1985).

Compreende-se que, conforme o paradigma funcionalista, todas as unidades e os padrões da língua sejam analisados em termos de funções. Assim, a noção de função está na base de toda teoria funcionalista. Conforme Neves (2013), o termo “função” é descrito como a junção do estrutural (sistêmico) com o funcional. Em outras palavras, tanto a organização interna da língua quanto a comunicação são funcionais, uma vez que “estruturas linguísticas são configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação dos usuários de uma língua” (NEVES, 2013, p. 18).

A língua é vista, no funcionalismo, como um sistema de meios apropriados a um fim (HALLIDAY, 1994). Diante disso, pode-se perceber que, no viés funcionalista, a linguagem não é um fenômeno autônomo e isolado, uma vez que serve a variados propósitos em que estabelecer comunicação é somente um dos papéis da língua. Neves (2012) destaca, porém, que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é apenas mediada, e não estabelecida, pela expressão linguística.

Como pontos principais de uma gramática funcional, pode-se destacar, portanto: o uso da língua em relação a todo o sistema, o significado em relação às formas linguísticas e o social em relação às escolhas individuais do falante (NEVES, 2013). Isso significa que em uma situação de interação comunicativa estão relacionados diversos fatores como: o contexto discursivo, os interlocutores, seus propósitos, as informações pragmáticas, o planejamento, entre outros.

Um dos pontos principais da linguística funcionalista é a concepção de que as línguas têm um caráter dinâmico, isto porque há nelas uma instabilidade relativa que configura as relações entre estrutura e função. Como um instrumento de comunicação, a língua deve ser analisada “como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (MARTELOTTA, AREAS, 2003, p. 20). A partir daí, entende-se como objetivo da linguística funcional, analisar todo o processo envolvido em uma situação comunicativa.

O foco principal da linguística funcional está em entender quais os padrões regularizam as funções da língua, que são relativamente estáveis. Uma vez que o sistema linguístico é subjacente ao uso, concebe-se a língua como algo dinâmico, mutável e variável. Daí o porquê de tratarmos a língua no seu uso, em situações comunicativas reais.

Nesse caminho, ao investigar as expressões no processo de interação verbal, consideram-se regras semânticas, sintáticas, morfológicas e pragmáticas. Desse modo, o interesse do funcionalismo não está apenas na estrutura linguística, mas em buscar no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Conforme Butler (2003), Hengeveld e Mackenzie (2008), e Neves (2010), na teoria funcionalista não se admite a autonomia da sintaxe, pois os domínios sintáticos, semânticos e pragmáticos são relacionados e interdependentes. Assim, uma análise funcionalista deve ser feita conforme a integração de todos esses domínios. Portanto, como se vê em Dik (1978, 1979 e 1980), o que se espera da gramática é que ela seja

“pragmaticamente adequada”. Aí está a premissa básica do funcionalismo: o entendimento de que há uma relação entre forma e uso linguístico, e de que determinações advindas do contexto são determinantes para a formação da estrutura linguística.

Compreende-se, conforme Neves (1997), que uma gramática funcional é uma teoria da organização sistemática do funcionamento das línguas naturais. Nessa perspectiva, na gramática funcional, considera-se tanto a capacidade dos indivíduos de estruturar expressões linguísticas quanto a capacidade de usar e interpretar essas expressões de modo satisfatório.

Neves (2013) afirma que o fato do homem falar relaciona-se com a sua capacidade de produzir linguagem (a competência linguística), pois o homem tem o domínio de uma língua particular historicamente inserida (o conhecimento de um idioma) e porque se encontra em uma situação de uso (um evento comunicativo).

Configura-se, pois, uma atividade que vai em direção a um equilíbrio entre o geral e o particular, e a descrição dessa atividade se prevê como suficientemente específica para que não obscureça as peculiaridades das línguas individuais e suficientemente geral para que não possa ser indiferentemente aplicada a uma outra língua qualquer. (NEVES, 2013, p. 20)

Para ser eficaz na comunicação, segundo Butler (2003), uma língua precisa ser flexível e capaz de se expandir criativamente. Portanto, pode-se esperar que as análises funcionalistas rejeitem o conceito clássico, aristotélico de classificação, segundo o qual as entidades podem ser classificadas em termos de conjuntos de características necessárias e suficientes. Deve-se adotar uma abordagem em que as categorias são consideradas como sendo não discretas, mas sim, fluidas e altamente indeterminadas.

De maneira geral, conforme Neves (2012, p. 51), há três princípios fundamentais de uma gramática funcional, enumerados a seguir:

- 1) A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideux, 1987), e, portanto tem motivações: há uma competição de forças (externas e internas à língua), que, vindas de diferentes direções e possuindo natureza diferente, buscam equilibrar a forma da gramática.
- 2) A língua (e sua gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995), imune a uma relação com fatores externos de ativação: embora o sistema linguístico exiba algum grau de arbitrariedade, ele se ativa motivado por fatores externos (e de mais de um tipo).

3) As formas e os processos da língua (a gramática) são meios para um fim, não um fim em si mesmos (Halliday, 1994): na atividade bem-sucedida, os fins são correlatos das motivações.

A autora acrescenta que, nesses três princípios, está presente a importância das motivações de uso e das necessidades comunicativas. Assim, na análise funcional, a língua é descrita de acordo com as funções comunicativas a que serve dentro da situação de comunicação. Em análises funcionalistas, o objetivo principal é investigar as relações funcionais nos diversos níveis de análise linguística.

Na gramática funcional, as categorias correspondem a funções. Neves (2012) destaca que se deve considerar que uma dada categoria não possui uma função determinada e exclusiva, e nem cada função é desempenhada por uma categoria única. Em outras palavras, não há limites rígidos entre as categorias ou funções, o que prova a multifuncionalidade e maleabilidade linguística. A multifuncionalidade da linguagem se encontra nos domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. Desse modo, o que se pretende nesta pesquisa é analisar a funcionalidade e o uso das condicionais introduzidas por *caso* como uma categoria.

Seguindo a orientação teórico-metodológica funcionalista, as categorias linguísticas não são discretas ou binárias. Neves (2012) denomina tal condição como deslizamentos categoriais em que as entidades linguísticas se configuram com zonas difusas na significação, com superposições funcionais e com imprecisão de fronteiras categoriais. Uma vez que a língua é viva, há sempre uma reorganização do sistema linguístico. De tal modo, neste trabalho, elenca-se como fundamental o entendimento de que a língua é viva e deve ser analisada segundo os seus diversos contextos comunicativos e socioculturais.

Neves (2012) explica que na gramática existe uma competição entre forças internas (fonológicas, sintáticas, semânticas) e externas (oriundas do contexto de realização dos enunciados). É através da competição entre essas forças que as relações entre os itens ficam opacas destacando assim a multifuncionalidade das expressões linguísticas. O esquema abaixo, desenvolvido por Neves (2012, p. 54) demonstra esses fenômenos:

Quadro 1: Dinamismo da gramática

(Adaptado de NEVES, 2012, p. 54)

O quadro acima, organizado por Neves (2012), mostra como se dá a linguagem tendo em vista o acionamento das motivações de uso somadas às necessidades comunicativas dos falantes. O dinamismo da gramática é uma das questões

fundamentais para uma análise funcionalista. Como já dito, a gramática é vista como um instrumento de interação social e suas estruturas, assim, não possuem autonomia, mas estão inseridas num uso real, por intenções de sentido apropriadas ao enunciado que o falante pretende construir para suas finalidades comunicativas. Como se vê ilustrado no esquema acima, as características estruturais estão relacionadas com os fatores do contexto comunicativo.

Pode-se dizer, conforme explica Neves (2012), que existe um movimento circular contínuo em que as características de informatividade e de economia se combinam no uso linguístico. Sendo assim, é possível perceber que a língua acomoda as situações de modo significativo apresentando correção e compensação, tal como esclarece Neves (2012). Isto é, busca-se uma compatibilização e equilíbrio nas relações entre informatividade e economia.

De acordo com o aspecto básico do funcionalismo, de que a linguagem é entendida como um instrumento de comunicação em que se dá a negociação entre falante e ouvinte, o processo de ativação da gramática, como ilustrado acima, deve ser compreendido como um processo que é dinâmico. Ou seja, a gramática é resultado das motivações de uso com as necessidades comunicativas. Então, o quadro elaborado por Neves (2012) mostra exatamente isso: o acionamento de dois fatores (informatividade e economia) que respondem a essas motivações de uso e a essas necessidades comunicativas. A informatividade está relacionada à maior elaboração e a expressividade, enquanto economia está relacionada à simplificação e a normalidade, o que gera um equilíbrio no uso linguístico.

Para melhor elucidar as questões de motivações e/ou necessidades, tais como desejo de clareza, desejo de expressividade, busca de regularização, busca de rotinização, redução ou ampliação do contexto, obtenção de maior transparência ou de maior opacidade, Neves (2012) destaca os fenômenos de variação e gramaticalização de conectores. Segundo a autora, pode-se observar o dinamismo da gramática, por exemplo, quando novas locuções conjuntivas adverbiais são criadas, apresentam-se mais claras e mais expressivas, menos rotinizadas e menos regularizadas, e mais transparentes se comparadas com conectores simples que são itens mais gastos. Em contrapartida, tal como expõe a autora, algumas locuções conjuntivas adverbiais que estão se aproximando de valores mais neutros como de conjunções simples, revelam-se mais opacas, mais reduzidas, mais regulares, mais rotineiras. Assim, percebe-se um movimento na gramática em que a mudança linguística é contínua, fluida e gradual. É o

que se vê, por exemplo, na categoria condicional, em que se abrigam tanto elementos mais básicos, de natureza altamente abstrata, como a conjunção *se*, quanto elementos que carregam certo grau de significado lexical, como *caso* e *dado que* (OLIVEIRA, 2012, 2014).

Neste trabalho, em que se analisam as construções condicionais introduzidas por *caso*, defende-se a necessidade do reconhecimento da gramática como sendo cognitivamente determinada pelas motivações de uso. Compreende-se como característica fundamental a existência da relação entre gramática e cognição. Isso porque uma teoria gramatical deve oferecer subsídios para esclarecer as relações entre as categorias linguísticas e as categorias cognitivas, considerando o pareamento entre forma e função.

Diante dessas posições, assume-se como referencial teórico para esta pesquisa os pressupostos funcionalistas conjugados a princípios cognitivistas cuja proposta é apresentada na próxima seção.

2.1 As relações entre língua, uso e cognição

Os pressupostos teórico-metodológicos da linguística funcional e da linguística cognitiva dialogam em vários sentidos, apresentando diversos pontos em comum, como a não autonomia da sintaxe, a abrangência dos níveis de semântica e pragmática nos estudos linguísticos, o entendimento de que léxico e gramática possuem fronteiras não discretas, a inerente relação entre a estrutura linguística e o contexto real de uso da língua, a análise linguística baseada em enunciados extraídos de contextos concretos do discurso, entre outros. Compreende-se a gramática como uma representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; assim, ela pode ser afetada pelo uso linguístico (CUNHA *et al.*, 2013, p. 14).

No que se refere à relação entre o sistema linguístico, o uso e a cognição, destaca-se a proposta de Bybee (2010). Para a autora, a língua é vista como constantemente afetada pelo uso e pelo impacto que essa experiência tem sobre o sistema cognitivo. Nessa perspectiva, ainda conforme os pressupostos de Bybee (2010), a língua é compreendida como um fenômeno que exhibe estrutura aparente e regularidade de padrões, enquanto, ao mesmo tempo, apresenta variação considerável em todos os níveis. As línguas são distintas uma das outras, mas ao mesmo tempo, podemos encontrar semelhanças nos princípios de formação das estruturas linguísticas.

Parte-se da concepção de que fenômenos estruturais que observamos na gramática das línguas naturais podem ser derivados de processos cognitivos de domínio geral. Processos de domínio geral, de acordo com Bybee (2010), seriam aqueles que se podem mostrar produtivos em outras áreas de cognição humana e não só a da linguagem. Isto é, alguns dos mecanismos e habilidades cognitivas que levam à criação das estruturas linguísticas podem ser aplicáveis a outros domínios, por exemplo, o da memória, percepção visual, atividades motoras, etc. Assim, são centrais para esta visão teórica a articulação dos fatos sobre uso, processamento cognitivo e mudança linguística.

Ainda discorrendo sobre a natureza da linguagem, a língua pode ser compreendida como um sistema adaptativo complexo. Segundo Cunha *et al.* (2013, p. 20), a “Língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativa.”

Assim, conforme delinea Bybee (2016, p.18), “a estrutura linguística é vista como um produto emergente da aplicação repetida de processos que lhe são subjacentes e não dado *a priori* ou como resultado de um planejamento”. É nesse sentido que podemos dizer que há variação e gradiência linguística. Bybee (2010) explica que a gradiência ocorre uma vez que as categorias da língua muitas vezes são difíceis de serem diferenciadas uma das outras, pois participam de mudanças que ocorrem no tempo de modo gradual, em que um elemento se movimenta de uma categoria a outra ao longo de um contínuo. A variação, por sua vez, está relacionada ao fato de que unidades e estruturas da língua exibem variação no uso sincrônico, normalmente ao longo das trajetórias contínuas de mudança que criam gradiência.

Tal como em Neves (2012), Bybee (2010) afirma que as categorias são heterogêneas e gradientes, são diversas e não possuem uniformidade estrutural ou funcional, além disso, as categorias não possuem fronteiras discretas. A autora ainda destaca que a gradiência também pode acontecer quando as categorias se transpõem. Há gradiência em todos os níveis linguísticos, assim se considera a gradiência como um fator essencial no processamento linguístico, uma vez que demonstra que a língua é afetada pelo uso, pelo sistema cognitivo, e pela experiência.

É importante destacar que o fato de a língua exibir variação e gradiência não anula o padrão de regularidade nas línguas ou entre línguas. Tanto o fator de

regularidade quanto os fatores de gradiência e variação agem simultaneamente na produção de padrões estruturais, não existe um fator que é primário, ou um secundário. (BYBEE, 2010). Nesse sentido, “se a língua fosse uma estrutura mental fixa ela talvez tivesse categorias discretas; mas já que ela é uma estrutura mental que está em constante uso e é filtrada pelas atividades de processamento que a modificam, há variação e gradação” (BYBEE, 2016, p. 25).

A partir da consideração de que os processos que geram as estruturas linguísticas se aplicam também a outros domínios cognitivos, devemos focar não somente na estrutura linguística, mas nos processos que a criam. O argumento principal que sustenta essa visão é o de que “ao investigar os processos de domínio geral, nós não apenas estreitamos a busca por processos específicos à língua, mas também situamos a linguagem no contexto mais amplo do comportamento humano” (BYBEE, 2016, p. 26). Em outras palavras, acredita-se que o modo como a língua se organiza pode ser explicado por fatores que vão além dos domínios da linguagem.

Apresentada a visão de língua e de gramática, é necessário apontar sob qual conceito de “construção” esta dissertação se baseia. Conforme dito na introdução deste trabalho, as orações condicionais introduzidas por *caso* serão avaliadas como uma construção gramatical seguindo principalmente a proposta de Goldberg (1995), que entende, de modo geral, que a língua é constituída por construções gramaticais (entidades teóricas), sendo estas, compreendidas pela autora, como unidades básicas da linguagem.

Como se vê nos estudos de Goldberg (1995), Croft (2001), Bybee (2010) e Traugott e Trousdale (2013) a construção constitui uma unidade mais apropriada para a representação morfológica e sintática. Para Goldberg (1995, p. 4) “C é uma construção se C é um par forma/sentido”². Parte-se do princípio de que a gramática não é modular, isto é, a sintaxe, semântica e a pragmática não podem ser analisadas separadamente. A construção é, assim, definida como um pareamento direto entre forma e significado que tem estrutura sequencial e pode incluir posições que são tanto fixas quanto abertas (BYBEE, 2010).

Para a noção de construção é relevante destacar também que, uma vez que ela é compreendida como um pareamento entre forma e sentido, entende-se que possui um significado que é esquemático, em outras palavras, o significado nem sempre vai

² “C is a construction if C is a form-meaning pair”

dependem dos itens que a compõem. Reconhece-se uma unidade linguística como uma construção ao verificarmos que aspectos de forma e função não são atribuídos pelos elementos isoladamente, isto é, o significado é convencionalizado na forma e não é composicional (GOLDBERG, 1995; 2006). Tomemos como exemplo a oração “Ele não dá mais bola para as críticas”, sabe-se que “dar bola”³ nesse enunciado significa “se importar”. Desse modo, verifica-se que não é através da soma das palavras “dar” + “bola” que a acepção de “se importar” é construída, trata-se de um sentido que já está convencionalizado entre os falantes, portanto não é composicional. Em contrapartida, se observarmos a sentença “ele deu a bola para o menino brincar”, percebe-se que o sentido de “dar a bola” aqui é composicional, ou seja, as partes do enunciado correspondem a pistas para a construção deste sentido. É nessa perspectiva, portanto, que Goldberg (1995) e Traugott e Trousdale (2013) vão falar sobre graus de composicionalidade. Existem tanto construções mais esquemáticas, logo menos composicionais, quanto construções menos esquemáticas, que são mais composicionais.

Esquematicidade, segundo Traugott e Trousdale (2013, p.14), refere-se às “abstrações em conjuntos de construções que são (inconscientemente) percebidas pelos usuários de uma língua por estar intimamente relacionadas entre si na rede de construção⁴”. Sob essa perspectiva, os graus de esquematização estão relacionados com os níveis de generalidade ou especificidade de uma construção. Por exemplo, as construções podem ser totalmente não especificadas (abertas), tal como o esquema da oração transitiva [SN1 V SN2]; parcialmente especificadas, como podemos observar em “dar bola” [Dar + SN]; ou ainda inteiramente especificadas (fixas), como as expressões idiomáticas (onde Judas perdeu as botas, enfiar o pé na jaca, etc).

Assim, para Bybee (2010), é especialmente relevante o papel do contexto na determinação do significado e a gradualidade estrutural e a multifuncionalidade próprias dos elementos linguísticos. Nesse processo, compreende-se que as categorias são heterogêneas e gradientes, e não possuem fronteiras discretas. A variação e a gradação existem justamente porque a língua não possui uma estrutura mental fixa, está em constante uso, e, portanto, é filtrada pelas atividades de processamento que a modificam. Desse modo, a gradualidade é essencial à noção de categoria.

³ Ver Cunha *et al.* (2016, p. 58).

⁴ “They are abstractions across sets of constructions which are (unconsciously) perceived by language-users to be closely related to each other in the constructional network.”

A partir da concepção de que a estrutura linguística está ligada a processos mais amplos do comportamento humano, Bybee (2010) aponta que existe uma relação entre o sistema linguístico e outros domínios cognitivos, como, por exemplo, o processo de categorização. Considera-se a categorização como um processo cognitivo de domínio geral por estar relacionada a estratégias que não são necessariamente específicas à linguagem. Em outras palavras, independente da língua, criam-se tipos variados de categorias a partir da percepção e experiência humana com o mundo.

Como exemplo disso, podemos observar o modo como categorizamos cores, animais, formas e etc. Categorizamos por meio da nossa experiência, ou seja, a categorização é distinta a depender da cultura em que a pessoa convive, tal como demonstrado em Rosch (1973). Uma ilustração clássica sobre o assunto, apresentada por Bybee (2010), é de que ao pensarmos na categoria de pássaros, o primeiro pássaro que vem à nossa mente como pertencente dessa categoria natural é o pardal ou o sabiá. Isso porque, em nosso ambiente sociocultural, os traços (morfologia e hábitos) que representam a categoria de pássaro estão relacionados às características principais de um sabiá ou pardal - pequeno, com asas, com bico, que voa, etc. Nesse caso, são convencionalmente classificados como protótipos (elementos centrais) dessa categoria. Enquanto que animais como o pinguim e o gavião não são frequentemente remetidos à categoria de pássaro, justamente por apresentarem características distantes da que se compõe o protótipo categoria.

Esse mecanismo de categorização também acontece com a linguagem. Nesse processo, tipos de construções, palavras, sintagmas e suas partes componentes são agrupados como pertencentes à determinada categoria tendo em vista às características semelhantes que são reconhecidas e associadas a representações armazenadas na memória. As categorias resultantes são a base do sistema linguístico, ou seja, fonemas, morfemas, palavras, sintagmas ou construções (BYBEE, 2010). Nesse contexto, Bybee (2005) afirma que:

Se enxergarmos a gramática como a organização cognitiva da linguagem, então a asserção de que gramática é uso e uso é gramática poderá ser tomada como um slogan que significa não que os dois sejam realmente iguais, mas antes que a gramática é a organização cognitiva da experiência de alguém com a linguagem e as faces dessa experiência como, por exemplo, a frequência do uso ou mesmo exemplos particulares de certas construções têm impacto na representação que podemos ver evidenciada de várias formas, mas primeiramente na mudança linguística. A proposta é de que capacidades cognitivas gerais do cérebro humano, que lhe permitem categorizar, classificar por identidade, similaridade e diferença,

funcionam nos eventos da linguagem com os quais uma pessoa se defronta, categorizando e introduzindo na memória essas experiências. O resultado é uma representação cognitiva que pode ser chamada gramática. Essa gramática, embora possa ser abstrata, uma vez que todas as categorias cognitivas o são, está fortemente ligada à experiência que o falante teve com a linguagem⁵. (BYBEE, 2005, p.1).

Conforme Lakoff e Johnson (1999), nossa representação conceitual está estruturada por um conjunto amplo de padrões recorrentes de nossas experiências. Bybee (2010) afirma que a categorização de exemplos de usos similares leva a criação de representações mais abstratas. Nessa perspectiva, a construção de domínios conceituais está relacionada às interações perceptuais do ser humano com o ambiente biofísico e sociocultural e são a partir desses conceitos que caracterizamos mentalmente as categorias e raciocinamos a respeito delas.

Para Lakoff (1987), Sweetser (1990), e Langacker (2000), as categorias gramaticais são como as categorias lexicais, entidades simbólicas que devem ser consideradas tendo como base a semântica, sendo estruturadas a partir de protótipos, nos quais estão reunidos os traços recorrentes de que se compõe dada categoria. Nesse sentido, a classificação é realizada por meio do membro da categoria que exemplifica o protótipo, enquanto os outros itens são caracterizados a partir dos traços mais próximos e distantes em relação ao exemplar prototípico. Trata-se de um ponto de vista não categórico que permite avaliar a variação e a gradualidade presente na gramática.

A prototipicidade, de acordo com Rosch (1973), é possivelmente uma implicação de propriedades que são intrínsecas das interações perceptuais do ser humano, como a saliência cognitiva. Cada protótipo nos permite realizar inferências e ponderações sobre uma determinada categoria. Tal processo envolve aspectos que são tanto graduais (não lineares, e não discretos), quanto fixos em relação aos traços ou conjunto de propriedades. Há, portanto, um *continuum* categorial em que alguns membros estão situados mais nos polos da escala, com características conceituais mais

⁵ “If we view grammar as the cognitive organization of language, then the assertion that ‘grammar is usage, and usage is grammar’ could be taken as a slogan that means, not that the two are literally equated, but rather that grammar is the cognitive organization of one’s experience with language, and facets of that experience, for instance, the frequency of use of certain constructions or even particular instances of constructions, has an impact on representation that we can see evidenced in various ways, but primarily in language change. The proposal is that the general cognitive capabilities of the human brain, which allow it to categorize and sort for identity, similarity and difference, go to work on the language events a person encounters, categorizing and entering in memory these experiences. The result is a cognitive representation that can be called a grammar. This grammar, while it may be abstract, since all cognitive categories are, is strongly tied to the experience that a speaker has had with language.”

ou menos bem determinadas, e outros se localizam em instâncias intermediárias, por compartilharem traços de uma ou outra categoria.

Conforme Bybee (2010), o processo de categorização é influenciado pela relação que o homem tem com a sua cognição, o mundo, e a sociedade. Compreende-se o mundo não apenas em termos de coisas individuais, mas também em termos de categorias de coisas. E isso acontece também na linguagem: assim como categorizamos o mundo biofísico e sociocultural, categorizamos a língua.

Na categoria condicional, por exemplo, existe uma variedade de construções introduzidas por diferentes conectores, em que a condicional na estrutura “Se *p q*” é, pela nossa experiência, a construção prototípica. Vários membros ou propriedades que integram uma determinada categoria apresentam diferentes graus de saliência e são agrupados, basicamente, de acordo com a similaridade entre eles, sendo seus limites, assim como os das diferentes categorias, imprecisos (LANGACKER, 2000; BYBEE, 2010). Nessa perspectiva, entende-se que a categorização é um processo cognitivo de domínio geral uma vez que não ocorre apenas na linguagem, mas em outros âmbitos da nossa cognição. A noção de categoria é, portanto, de extrema relevância para este trabalho uma vez que o objetivo principal dessa dissertação incide em avaliar de que modo as condicionais introduzidas por *caso* são caracterizadas tendo em vista a construção prototípica da categoria condicional.

Assim, neste trabalho, acreditamos que há uma relação de determinação entre discurso e gramática, e é a partir do uso individual da língua que emergem as construções. Consequentemente, o estudo das línguas não deve partir de molduras prontas, mas deve ter como fundamento principal explicar os processos gerais que subjazem à emergência da estrutura e significado a partir dos usos linguísticos (TOMASELLO, 2009).

Portanto, em linhas gerais, o ponto fundamental é que a gramática possui caráter emergente, adaptável às pressões advindas do uso linguístico. Tem-se como objeto de análise, portanto, o uso linguístico, considerado como o complexo instanciador e motivador dos padrões funcionais que ativam e modificam as bases das estruturas gramaticais. Partindo desse pressuposto, interessa ao pesquisador:

buscar identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as tendências de manifestação do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam tendências de regularização desse fenômeno (CUNHA *et al.*, 2013, p. 21).

Nesse sentido, há o reconhecimento do estatuto fundamental das funções da língua na descrição das suas formas, de modo que cada entidade linguística é definida com relação ao papel que ela desempenha nos processos reais de comunicação. Em razão disso, busca-se como objeto de análise os esquemas gramaticais resultantes da convencionalização da relação entre estrutura linguística e sua interpretação semântico-pragmática, também chamados construções gramaticais.

O motivo pelo qual optamos articular funcionalismo e princípios do cognitivismo é por entender que a condicionalidade é uma categoria conceitual que abriga construções de diferentes estruturas. Assim, conforme Dancygier (1998), cada característica da condicional desempenhará um papel central na interpretação da construção. Haja vista que a categoria condicional abriga uma variedade de elementos que podem manifestar traços de condicionalidade em diferentes graus.

Assim, especificar as relações gramaticais em termos de construções se justifica ao verificarmos que determinado item gramatical, como *caso*, por exemplo, pode aparecer em um número variado de construções diferentes, de modo que este item não é o bastante para determinar o significado que essa construção pode ter. Ao contrário, construções contêm o significado que especifica a função deste item em uma oração, e os outros itens dessa sentença se combinam entre si para determinar o significado do enunciado (GOLDBERG, 1995; 2006).

Isso demonstra que é preciso um modelo de análise que permita considerar os sentidos veiculados por essas construções, reforçando a insuficiência de uma análise por meio de uma descrição unicamente formal dessas estruturas, que não leve em consideração na análise dos dados os fatores pragmáticos, discursivos e cognitivos gerais.

Nessa perspectiva, focalizamos os conceitos fundamentais da abordagem funcional da linguagem atrelada a aspectos cognitivistas, com a intenção de correlacionar forma e significado na análise da condicional encabeçada por *caso*, considerando de que modo os aspectos semânticos, discursivos e pragmáticos de uma dada sentença contribuem para sua interpretação global. Além disso, neste modelo de descrição, é possível sistematizar as diversas formas de se expressar a condicionalidade evidenciando suas motivações composicionais. O próximo capítulo, então, é dedicado à construção condicional e a maneira como ela vem sendo abordada nos estudos linguísticos.

3 AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

Este capítulo tem por objetivo apresentar as pesquisas linguísticas que abrangem a oração condicional e como ela é geralmente caracterizada. Trata-se de um tema bastante debatido por linguistas em diversas línguas em diferentes perspectivas.

À luz de diversas orientações teóricas, as construções condicionais têm despertado a atenção de diversos pesquisadores que exploram tanto as características formais quanto os significados veiculados por essas orações (HAIMAN, 1978; TRAUGOTT, 1985; TRAUGOTT *et al.*, 1986; SWEETSER, 1990; DANCYGIER, 1998; SCHWENTER, 1999; DANCYGIER, SWEETSER, 2005; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, HIRATA-VALE, 2017). A extensa bibliografia, a partir de diferentes pontos de vistas, sobre este tema evidencia aspectos interessantes sobre as diferentes possibilidades de se compreender este tipo de construção nas línguas naturais.

No geral, uma oração condicional é um enunciado complexo que envolve uma cláusula matriz (denominada de apódose ou *q*) e uma cláusula subordinada (*p* ou prótase). A cláusula subordinada é introduzida por uma conjunção, sendo prototípico o conector *se* (DANCYGIER, 1998). Em termos semânticos, uma construção condicional é aquela que se apoia basicamente numa hipótese, e a relação que se instaura entre conteúdo da prótase (entidade *p*) e o conteúdo da apódose (entidade *q*) é uma relação do tipo *condição para realização* → *consequência/resultado da resolução da condição enunciada* (NEVES, 2002, p. 497).

Tal como sugere Oliveira (2008), o que se observa a partir dessas caracterizações é que uma oração condicional é comumente avaliada segundo três fatores principais, que são: (i) o processo de articulação que origina a construção condicional; (ii) a natureza semântica da relação que une as duas orações e (iii) os diferentes valores que essa relação pode expressar. Seguindo o paradigma funcional e cognitivista, demonstramos nas próximas seções como esses três fatores são abordados.

3.1 O modo de articulação das construções complexas de expressão “condicional”

Nesta seção, discorreremos sobre o processo de articulação de orações segundo a concepção funcionalista para combinação de orações, representada por Halliday (1985),

Mathiessen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993) e a concepção cognitivista proposta por Dancygier (1998) e Croft (2001), respectivamente.

Em abordagens funcionalistas, o processo de combinação de orações é amplamente debatido. Destaca-se, por exemplo, os trabalhos de Halliday (1985), Mathiessen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993). A proposta funcionalista aponta para uma visão mais ampla e complexa desse tipo de oração, diferenciando, assim, os processos de parataxe (coordenadas), hipotaxe (subordinadas adverbiais) e encaixamento (substantivas e adjetivas).

A oração condicional é caracterizada por Halliday (1985) como uma oração hipotática de realce. Nas orações hipotáticas de realce, uma oração modifica o sentido de outra, indicando uma determinada circunstância, como condição. Posição semelhante é encontrada em Mathiessen e Thompson (1988), que classificam a oração condicional como um satélite oracional, que codifica relações retóricas, em que um elemento se apoia em outro, sendo o núcleo, fundamental aos objetivos do falante, e o satélite, aquele que traz a informação complementar.

Os trabalhos mencionados acima dialogam com o de Hopper e Traugott (1993). Para os autores, o processo de articulação de orações deve ser caracterizado segundo um *continuum* em que existe uma passagem gradual entre estruturas menos dependentes (semanticamente) e estruturas menos encaixadas (sintaticamente), por um lado, e estruturas mais dependentes e/ou mais encaixadas, por outro lado. Para ilustrar essa perspectiva, os autores apresentam o quadro abaixo.

Quadro 2: Processos de vinculação de orações segundo Hopper e Traugott (1993)

Parataxe	Hipotaxe	Encaixamento
- dependência	+ dependência	+ dependência
- encaixamento	- encaixamento	+ encaixamento

Seguindo a perspectiva cognitiva, Croft (2001) propõe um *continuum* entre coordenação e subordinação assim como Hopper e Traugott (1993). A gramática cognitiva não concebe a sintaxe como um nível de organização linguística distinto da semântica. A combinação de palavras em configurações maiores é assumida não por um componente sintático da gramática, mas em termos de construções. De acordo com Croft (2001), a relação semântica vai motivar iconicamente o modo como a sentença será articulada (parataxe, hipotaxe, encaixamento).

Nas abordagens cognitivas, cada fator de estrutura e expressão envolvido em uma sentença condicional (escolha da conjunção, a morfologia do verbo, a entonação, e a ordem das orações) vão mapear vários aspectos da sua interpretação (DANCYGIER, 1998). Nesse sentido, as orações complexas de condição são analisadas como construções, nos termos da Linguística Cognitiva, por constituírem um pareamento entre forma e função não analisável em partes componentes. Neste trabalho, adota-se a concepção de que a relação entre oração núcleo e oração condicional constitui uma construção, tal como proposto por Goldberg (1995) Dancygier (1998), e Croft (2001).

Assim, considera-se que a interpretação condicional de uma oração não está no tipo de conector por si só, mas do valor hipotético que emerge da relação entre a construção núcleo e a construção condicional. Desse modo, interessa-nos analisar a construção, conforme seu pareamento de forma e significado, e, assim, estabelecer a relação semântica existente entre uma construção (prótase) e outra (apódose). As implicações da assunção de tal concepção serão destacadas na seção seguinte.

3.2 A expressão da condicionalidade

Existem diversas concepções sobre a natureza da relação existente entre a oração núcleo e a oração condicional. A leitura semântica que emerge da relação entre as orações na estrutura “se *p* (então) *q*” é comumente descrita como: há uma condição em *p* para a realização de *q*.

Dentre uma vasta bibliografia acerca da natureza da condicionalidade, diversos autores como Haiman (1978), Traugott (1985), Traugott *et al.* (1986), Comrie (1986), Sweetser (1990), Dancygier (1998), Schwenter (1999), Dancygier, Sweetser (2005), Neves (2012), entre outros, apontam que a interpretação da condicionalidade está relacionada à causalidade existente entre *p* e *q*. Segundo os autores, a leitura instaurada na relação entre as orações está relacionada à expressão de causa e consequência. Isso pode ser observado nesse exemplo extraído de Dancygier (1998, p. 80):

(2) *Se você adicionar chantilly, a salada de frutas ficará com um sabor melhor.*⁶

⁶ “If you add whipped cream, the fruit salad will taste better”.

Em (02), o conteúdo da prótase “se você adicionar chantilly” é a condição para que a situação contida na apódose se realize “a salada de frutas ficará com um sabor melhor”, oferecendo a oração em *p* como a condição da qual depende a realização da oração *q*.

Conforme Neves (2000), as condicionais estão relacionadas a uma hipótese verificável. Isto é, verifica-se uma condição suficiente em *p* para a validação do conteúdo da proposição em *q*, como se pode observar no exemplo a seguir:

(3) *Se chover, Max não irá ao jogo.* (Corpus do Português: G BR criticanarede.com)

A ocorrência em (03) mostra que a situação da oração *p* condiciona a realização da situação da oração *q*. Em linhas gerais, a proposição “Max não irá ao jogo” somente será validado se o evento da prótase “Se chover” for concretizado.

No que diz respeito ao tipo de relação entre a prótase e apódose, outro assunto de bastante relevância refere-se ao grau de hipoteticidade veiculado pelas orações condicionais. De acordo com Comrie (1986), a hipoteticidade refere-se à probabilidade de realização do evento da construção condicional. A proposta do autor é que exista um contínuo gradual em que maior probabilidade de ocorrência revela menor grau de hipoteticidade, e menor possibilidade de ocorrência indica maior grau de hipoteticidade. Nesse sentido, encontra-se, basicamente, três tipos de condicionais: factuais, potenciais (ou hipotéticas) e contrafactuais.

Segundo Neves (2000), condicionais factuais estão inseridas em uma situação mais próxima do mundo real em que acontece no tempo em que enunciação é realizada, como podemos conferir no exemplo (04):

(4) *Se você não confia em mim, porque é que está perguntando?* (NEVES, 2000, p. 849)

Nessa ocorrência (04), através das formas linguísticas veiculadas pelos verbos da prótase e da apódose, no modo indicativo (*confia* e *está*), é possível uma interpretação factual.

Nas orações condicionais potenciais (ou hipotéticas), assume-se a possibilidade do que é descrito na prótase, ou seja, verifica-se que a proposição expressa na prótase

representa um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, sistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação. É o que se vê em:

(5) *Se não concordarem, então cada um que lute por si, o que resultará em derrota geral.* (NEVES, 2000, p. 843)

É possível verificar, com o exemplo apresentado acima, que as orações condicionais potenciais também apresentam marcas formais, tais como o futuro do subjuntivo (*concordarem*) na prótase e o presente do subjuntivo na apódose (*lute*).

Além disso, temos também um tipo de construção condicional em que se considera a impossibilidade do acontecimento de prótase e apódose, as chamadas condicionais contrafactuais, como ilustra o exemplo (06):

(6) *Se a pergunta partisse de irmã Flora, a resposta teria sido outra.* (Neves, 2000, p. 840)

Podemos observar, por meio do exemplo apresentado acima, que a inferência do conteúdo proposicional das orações de condição está relacionada também à combinação modo temporal entre os verbos da prótase e da apódose. A combinação entre pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito do indicativo na apódose é responsável por realçar a noção de contrafactualidade da construção condicional.

Tendo em vista as abordagens discursivas sobre as orações condicionais, destaca-se o trabalho de Haiman (1978), que caracteriza as condicionais como tópico da sentença. O autor aponta que, assim como os tópicos, as condicionais são dados que constituem a moldura de referência a partir da qual a oração principal se estabelece. O conteúdo da condicional é classificado por Haiman (1978) como conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Trata-se de um trabalho importante na contribuição para a formulação de um protótipo para as condicionais, as quais apresentam como traço comum a sua estrutura informacional.

Ford e Thompson (1986), ao discutirem a associação entre condicionais e tópicos proposta por Haiman (1978), ressaltam tipos de funções distintas que as condicionais podem ter em relação à posição em que ocupam (antepostas ou pospostas). Desse modo, para os autores, a condicional anteposta pode ter quatro tipos de funções, as quais são (i) tópico de retomada, (ii) tópico de contraste, (iii) tópico de

exemplificação, e (iv) tópico de opção. Vejamos os exemplos extraídos de Hirata (1999, p. 43, 44), respectivamente:

(7) Ao contrário afirma que as condições de seu cultivo são por si mesmas parte integrante do processo. Se essa teoria não fosse verdadeira, seria necessário abandonar a idéia de que a educação é algo mais que aquisição de informação. (AE/LT)

Na situação acima, a condicional “se essa teoria não fosse verdadeira” retoma uma afirmação já mencionada no discurso “ao contrário afirma que as condições de seu cultivo são por si mesmas parte integrante do processo”. Trata-se de uma condicional utilizada como tópico de retomada.

(8) Essa “tendência para antropomorfizar”, utilizando as palavras de P. Veyne, o produto do trabalho humano decorre, como vimos no primeiro capítulo, da própria ambiguidade essencial do artefato: a um só tempo faz parte do universo físico, enquanto matéria, e humano, enquanto produto do trabalho e mediador das relações sociais. No entanto, se considerarmos que o motor da modificação tipológica se encontra na dinâmica das relações sociais e econômicas – como na década de 70 propuseram Klein, Binford e Schiffer – então a concepção de desenvolvimento endógeno do artefato representa fetichização. (ARQ/LT)

Em (08), a condicional “se considerarmos que o motor da modificação tipológica se encontra na dinâmica das relações sociais e econômicas – como na década de 70 propuseram Klein, Binford e Schiffer” é utilizada para contrastar algo em relação à afirmação anterior.

(9) Não se pode negar que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força. Se examinarmos, por exemplo, os mapas de distribuição do povoamento durante quatro séculos e meio de história moderna da Venezuela, vemos que as manchas representativas da presença humana no território são repetidas. (PGN/LT)

Nessa sentença (09), a condicional funciona para exemplificar uma generalização precedente. No exemplo (10), a condicional funciona como tópico de opção, pois oferece novas possibilidades cujas consequências devem ser exploradas:

- (10) Mané Gorila: Ontem mesmo dei dez contos do meu bolso pra comprar bancos pra escolinha lá do morro. Se vocês ficassem aqui, eu era até capaz de fazer uma escola aqui também. É preciso ensinar essas crianças a ler. Sem saber ler elas não vão poder votar amanhã. (IN/LD)

Quanto à posposição, a condicional pode funcionar como adendo restritivo, em que o significado da oração núcleo é restringido pela oração condicional. Como se observa na oração em (11):

- (11) Não teremos compreendido o fenômeno que se evidenciou em termos políticos *se* não tivermos a coragem de enfrentar os problemas fundamentais para o país. (HIRATA, 1999, p. 44)

Ao realizar um estudo sobre as estratégias comunicativas atualizadas em construções condicionais, Ford (1997), para o inglês, e Oliveira (2004), para o português, sugerem que nas condicionais existe uma expressão de polidez. Podemos verifica-la no caso em (12):

- (12) sempre gostei muito de futebol aliás, eu até hoje gosto muito de futebol, assisto futebol e depois se quiserem até posso dize(r) qual é o clube que eu pertenco se quise(rem) mas... e de sorte também que por causa do futebol nós tínhamos certas regalias. (OLIVEIRA, 2005, p. 126).

Os autores mostram que, casos como em (12), o grau de hipoteticidade veiculado pela oração condicional possibilita ao falante atenuar um ato de ameaça à face⁷. Como se vê no exemplo acima, a partir da condicional “se quiserem” o falante se distancia da afirmação contida na oração núcleo, sendo assim mais polido. Tal como

⁷ Consideram-se as noções de *face* segundo o modelo proposto por Brown e Levinson (1987) sobre os mecanismos da polidez.

afirma Ford (1997), o grau de hipoteticidade da oração condicional permite ao falante descomprometer-se da verdade de seu enunciado. Outras estratégias também podem ser atualizadas por orações condicionais, é o que propõe Fillenbaum (1986) e Oliveira (2002). Para os autores, as condicionais podem expressar estratégias de promessa (13) e ameaça (14), como exemplificado abaixo respectivamente:

(13) Se tudo der certo, estarei na reunião que ocorrerá no PLEC, no próximo dia 1º, às 20h00 (Corpus do Português: G BRblogpenadigital.com).

(14) Se você não cumprir o compromisso, o banco poderá tomar a garantia que você deu para quitar a dívida. Ou seja, se você der o imóvel como garantia e não quitar a dívida, o banco poderá leiloar-lo e quitar o que você deve (Corpus do Português: G BRkaplaninternational.com).

No que diz respeito às conjunções condicionais no português do Brasil, Oliveira (2008) destaca a importância em avaliar não só a estrutura condicional prototípica encabeçada pela conjunção *se*, mas as outras possibilidades de construções condicionais haja vista a variedade e extensa lista de conjunções que existem para assinalar condicionalidade. Além da conjunção *se*, podemos citar, por exemplo, conectores como *caso*, *no caso (em) que*, *somente se*, *salvo se*, *exceto se*, *a menos que*, *sem que*, *uma vez que*, *supondo que*, *contanto que*, *a não ser que*, *desde que*, *dado que*, *na condição de que*, *na eventualidade de que*, entre outros.

Optamos por discutir o trabalho de Oliveira (2008), por se tratar de um trabalho que busca abranger não só a condicional canônica, mas mostrar as diversas construções que instauram uma relação de condição, e defender que as diferentes estruturas de orações condicionais constroem sentidos que também são variados. É preciso considerar, como ressaltam Oliveira e Hirata-Vale (2017), a variada rede de construções que expressam uma leitura condicional, pois ao observarmos estes usos percebemos facilmente que a condicionalidade pode ser construída por uma diversidade de molduras sintáticas.

Assim, Oliveira (2012, 2014) afirma que, ao passo que a mudança linguística é gradual, a categoria condicional abriga conectores que são mais básicos de natureza altamente abstrata, como é o caso da conjunção *se*, e também conectores que envolvem certo grau de significado lexical, como *caso* e *dado que*. Portanto, como diz a autora,

trata-se de uma categoria extremamente complexa, internamente organizada em torno de um contínuo de lexicalidade/gramaticalidade. Nesse sentido, Oliveira (2012, 2014) demonstra que algumas construções se tornam mais produtivas e apresentam um processo avançado de gramaticalização, enquanto que outras estão em fase inicial de mudança.

Tendo em vista a instabilidade e fluidez da gramática, é importante destacar também que dentro da classe condicional existem aquelas construções que são esquematizadas a partir de estruturas semânticas distintas, conforme mostram Decat (1999), Neves (2000, 2012) e Hirata-Vale (2005). Segundo as autoras, outras molduras sintáticas tais como as orações temporais, aditivas e alternativas também podem proporcionar o significado de condição. Os exemplos retirados de Hirata-Vale (2005) elucidam tais casos:

- (15) Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem. (Hirata-Vale, 2005, p. 123)
- (16) Fica nas minhas redondezas e você vai ver. (Hirata-Vale, 2005, p. 90)
- (17) Ou FHC aprova as duas ou vai dar a maior demonstração de fraqueza de seu mandato. (Hirata-Vale, 2005, p. 89)

Segundo Hirata-Vale (2005), há dois processos inferenciais envolvidos na interpretação condicional dessas construções: a implicatura da incerteza e a implicatura da perfeição condicional. Nessa perspectiva, a autora mostra que a nuance de incerteza pode ser instaurada na interação comunicativa não apenas através de orações condicionais canônicas, mas em outros tipos de esquemas conceituais, como os exemplificados acima. Outra implicação verificada por Hirata-Vale (2005) para a interpretação condicional em outros tipos de orações é a presença da noção de perfeição condicional. A implicatura de perfeição condicional refere-se à concepção de que há uma condição necessária e suficiente para a validação da consequência.

Nesse direcionamento, este trabalho pretende analisar as condicionais encabeçadas por *caso* tendo em vista a extrema complexidade e variedade que compõe a categoria. Concebe-se como primordial o entendimento de que as construções condicionais não devem ser tratadas como equivalentes. Assim como defendem Oliveira

e Hirata-Vale (2017) existem quatro pontos que revelam a complexidade da categoria condicional, os quais não devemos perder de vista: (i) a condicional prototípica introduzida pela conjunção *se*; (ii) a condicionalidade manifestada por conectores como *caso*, *desde que*, *dado que* e *uma vez que*, plenamente produtivos, aplicáveis a uma certa variabilidade de contextos e que demonstram certo grau de gramaticalização; (iii) a condicionalidade manifestada por conectores condicionais complexos (ccc) diversos, que demonstram diferentes graus de gramaticalização e que se aplicam a contextos mais específicos de uso; e (iv) a condicionalidade manifestada pela mescla com esquemas de outros significados e processos de junção, como se vê no caso das paratáticas aditivas e alternativas e nas temporais.

Fica evidente então a importância de se compreender que a condicionalidade não pode ser caracterizada apenas através dos aspectos relacionados aos exemplares mais centrais. É com esse foco que utilizamos o trabalho de Dancygier (1998). Para a autora, a expressão de condicionalidade é determinada pela convencionalização da correlação entre forma e significado que emergem das construções. Desse modo, Dancygier (1998) sugere um conjunto de parâmetros básicos para a caracterização da condicionalidade. A próxima seção é dedicada a esse assunto.

3.3 A condicionalidade como categoria conceitual

Esta seção tem como finalidade apresentar a proposta de Dancygier (1998) e Dancygier e Sweetser (2005) para caracterização das construções condicionais, bem como discutir sobre os parâmetros elencados por Dancygier (1998) para definir a categoria condicional. Assumimos a proposta de Dancygier (1998) como central para este trabalho, pois nosso objetivo principal é oferecer uma sistematização e caracterização geral da condicional introduzida por *caso* demonstrando quais são os aspectos envolvidos nessa construção que possibilitam a interpretação condicional. Considera-se a condicionalidade como uma categoria conceitual, desse modo, nossa preocupação reside em sistematizar as condicionais com *caso* de um modo mais amplo, mostrando como essa estrutura se relaciona com a categoria em termos sintáticos e semântico-pragmáticos, isto é, quais se dão, nesse caso, as relações de similaridades ou distinções.

Para analisar as orações condicionais, Dancygier (1998) parte da noção de construção como postulada por Goldberg (1995). A definição de construção refere-se ao

padrão convencional existente no pareamento entre a forma linguística e sua interpretação, isto é, uma construção pode ser caracterizada segundo seus aspectos morfossintáticos em correlação com as propriedades semânticas e discursivas. Portanto, o foco de Dancygier (1998) é explicar quais são as características estruturais e funcionais que estão mapeadas em aspectos de interpretação de modo que podem ser específicas da construção condicional.

Para a autora, a expressão de condicionalidade é determinada pela convencionalização da correlação entre forma e significado que emergem das construções. Desse modo, Dancygier (1998) afirma que cada aspecto envolvido na construção (formas verbais, tipo de conector, posição, domínio conceptual, etc.) afetará o modo como ela pode ser compreendida.

Segundo a autora, dentro da categoria condicional existe um conjunto variado de construções em que algumas estão no centro, portanto, são mais representativas, e outras se encontram mais distantes do núcleo da categoria, sendo mais periféricas, e, menos categóricas. Nesse sentido, a autora assume a condicionalidade como uma categoria organizada a partir de parâmetros de condicionalidade. Através desses parâmetros, é possível entender como a categoria condicional está organizada e quais são os aspectos de forma e sentido centrais para a interpretação condicional, e assim, descobrir quais exemplares são mais prototípicos, e quais estão mais afastados da categoria. Como diz Dancygier (1998, p. 4-5)⁸:

(...) temos que descobrir quais aspectos formais das condicionais são relevantes para quais aspectos de sua interpretação. Em outras palavras, precisamos descobrir os parâmetros do significado condicional, bem como os parâmetros da forma condicional e ver como eles se correlacionam. É através desse tipo de análise que podemos descobrir o que diferentes condicionais compartilham em seu significado e sua forma e, assim, revelam as semelhanças e as diferenças.

Além disso, Dancygier (1998) destaca que é preciso identificar e compreender não apenas como aspectos de forma e significado se associam para construir a interpretação condicional, mas mostrar quais são os traços específicos a que a condicionalidade está relacionada. Assim, é possível descobrir quais são as divergências

⁸ “(...) we have to find out which formal aspects of conditionals are relevant to which aspects of their interpretation. In other words, we need to discover the parameters of conditional meaning as well as the parameters of conditional form and see how they correlate. It is through this type of analysis that we can discover what different conditionals share in their meaning and their form and thus reveal both the similarities and the differences”.

que há entre os tipos de condicionais, destacando os pontos que as aproximam ou que as distanciam da categoria.

Os parâmetros de condicionalidade referem-se, então, a um grupo de características que estão presentes na leitura condicional que são: a relação causal entre prótase e apódose, a não-assertividade envolvida na construção, a função preditiva da condicional, a sequencialidade entre as orações, a elaboração de espaços mentais, e o distanciamento epistêmico. Estes cinco parâmetros serão discutidos nas próximas seções.

3.3.1 Causalidade

Segundo Dancygier (1998), a relação de causalidade constitui um traço central para a interpretação condicional. De modo geral, em uma oração condicional tem-se uma expressão de causa e efeito. Trata-se de uma afirmação que é consensual em estudos sobre as condicionais. No entanto, verifica-se que a expressão de causalidade em condicionais surge através de nuances semântico-pragmáticas diversas, e ao passo que esses significados vão se distanciando do sentido causal, vão se tornando mais (inter)subjetivos (OLIVEIRA, HIRATA-VALE, 2017). Assim, de acordo com Dancygier (1998, p. 13) “as relações que ligam p e q são interpretadas de forma diferente, dependendo do domínio na qual a relação condicional se aplica”⁹. Nesse sentido, Sweetser (1990) e Dancygier (1998) avaliam que a expressão de causalidade da condicional se manifesta em diferentes domínios conceptuais: o domínio de conteúdo, o domínio epistêmico, o domínio dos atos de fala e o domínio metatextual.

As autoras afirmam que a interpretação causal observada de forma padrão surge quando p e q se referem a eventos do mundo real, que são interpretados como: a realização de p é uma condição suficiente para a realização de q . Em outras palavras, o evento ou estado de coisas descrito por p , se realizado, será suficiente para a realização do evento ou estado descrito em q (DANCYGIER, 1998). Este tipo de interpretação corresponde ao domínio de conteúdo, como podemos observar na sentença abaixo:

(18) Se chover não vou treinar. (Corpus do Português: G BRweb run.com.br)

⁹ “The relations linking p and q are construed differently, depending on the domain in which the conditional relationship applies”.

Nota-se, em (18), que a informação disponibilizada pelo segmento condicional “Se chover” configura a causa não realizada para a realização do evento “não vou treinar”, entendida como consequência do preenchimento da situação condicionante. Isto é, a informação codificada na oração hipotática é concebida como a causa do evento descrito pela oração núcleo. É possível observar, além disso, que nesse tipo de condicional há uma sequencialidade entre os eventos envolvidos, uma vez que a sucessão temporal é fundamental para estabelecer a interpretação deste tipo de domínio cognitivo. Neste tipo de condicional, é possível verificar que o significado de causalidade é bastante evidente, o que revela menos subjetividade se comparado a outros domínios, pois, como diz Dancygier (1998), o domínio de conteúdo é resultado de uma situação concreta, que surge no mundo real, portanto possui significado mais aproximado à zona de causalidade.

No domínio epistêmico, segundo a autora, a prótase expressa uma premissa na qual a apódose é a conclusão. Este tipo de relação tem natureza inferencial, em que o conhecimento sobre o fato em *p* leva o falante a concluir o fato em *q*. As condicionais epistêmicas apresentam subjetividade na medida em que esse significado está embasado nas crenças e atitudes do falante com relação ao que foi dito. No geral, a interpretação que se faz é a seguinte: considerada a verdade do fato condicionante, eu concluo o fato principal. Vejamos o exemplo em (19):

(19) *Se nos primeiros 45 minutos a equipe estiver com vantagem no marcador, é provável que o treinador Arthurzinho faça algumas alterações para dar mais chances aos reservas.* (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (19), parte-se da proposição da condicional “Se nos primeiros 45 minutos a equipe estiver com vantagem no marcador” para concluir o fato da oração núcleo “é provável que o treinador Arthurzinho faça algumas alterações para dar mais chances aos reservas”. Observa-se aqui uma avaliação do falante sobre a situação enunciada, uma vez que há uma pressuposição criada pelo falante em *p* que o leva a constatar o evento descrito em *q*. Isto é, como demonstra Dancygier (1998, p. 7) “no domínio epistêmico a construção liga pressupostos e conclusões”¹⁰.

¹⁰ “in the epistemic domain the construction links premises and conclusions.”

As condicionais do domínio de atos de fala são caracterizadas, conforme Dancygier (1998), como sentenças em que a prótase é afirmada como uma condição suficiente para um ato de fala sobre a apódose. Como demonstra Sweetser (1990), o significado é mais intersubjetivo, pois está relacionado com a situação interacional em que o falante considera relevante enunciar algo, e insere o seu ouvinte nesse enunciado. Em suma, a leitura que se faz em condicionais de atos de fala é: considere *p* e eu executo esse ato de fala. É o que se vê em sentenças como (20):

(20) Se você não pode adotar crianças, como é que você vai formar uma família? (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:Cid)

Na ocorrência acima, o falante considera a condicional “Se você não pode adotar crianças” para enunciar o ato “como é que você vai formar uma família?”. Esse tipo de condicional está muito relacionado ao mecanismo de preservação da face, uma vez que o falante se distancia da verdade do conteúdo da oração núcleo utilizando como estratégia uma oração condicional que envolve não assertividade, e assim, evita a não aceitação por parte do ouvinte, uma vez que se trata de uma suposição e não de uma afirmação real.

As condicionais metatextuais, assim como as do domínio de atos de fala, possuem uma ligação mais frouxa entre prótase e apódose no sentido de que o conteúdo de *q* independe da informação em *p*. A diferença é que, segundo Dancygier (1998, p. 94), “as condicionais metatextuais são usadas como comentários sobre algum aspecto da apodóse”¹¹. Em outras palavras, esse tipo de oração funciona como um recurso textual e metalinguístico, pois o falante utiliza a condicional para fazer uma menção explícita ao enunciado que a antecede na sentença. Nesse sentido, pode-se afirmar que o significado metatextual é altamente intersubjetivo, uma vez que o falante se preocupa com a interpretação que seu ouvinte realizará a partir do que foi enunciado, como se vê em (21):

(21) A prioridade é crescer e ser forte com 100% do capital da empresa. Se isso não for possível, temos de ser majoritários no capital. (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:Cid)

¹¹ “if-clauses are used as metatextual comments on some aspect of the apodosis”.

Em (21), o segmento condicional “se isso não for possível” é utilizado para apontar a situação comunicativa anterior a ela “a prioridade é crescer e ser forte com 100% do capital da empresa” e assim retomar parte do discurso por meio de uma hipótese. Assim, processos como reformulação, revisão e retomada do discurso antecedente são mecanismos característicos das condicionais metatextuais. A leitura realizada aqui é a seguinte: enuncia-se a oração condicional para apontar um elemento específico da expressão linguística.

Observa-se que no domínio de conteúdo a causalidade é evidente, enquanto que no domínio epistêmico revela-se uma atitude do falante ao realizar julgamentos e conclusões na apódose através da condicional, o que mostra que a causalidade entre p e q não está mais tão marcada, em domínios de atos de fala e metatextual, por sua vez, a causalidade está apagada, haja vista que não há mais, nesses domínios, uma sequencialidade em que o conteúdo da prótase é causa para o evento da apódose. Nessa perspectiva, conclui-se que a noção de causalidade pode ser instaurada em diversos espectros semântico-pragmáticos distintos. Além disso, é possível notar, a partir da consideração dos diferentes domínios cognitivos, a fluidez presente no esquema de causalidade em construções condicionais uma vez que, como afirma Oliveira e Hirata-Vale (2017), há um *cline* gradual em que a causalidade vai se rescindindo e o significado vai se tornando cada vez mais (inter)subjetivo.

3.3.2 Não-assertividade

Além da causalidade, Dancygier (1998) considera o traço de não-assertividade como um parâmetro definidor para a caracterização da condicionalidade. A autora explica que a natureza da relação entre p e q está embasada no sentido da não factualidade. Isto é, nesse tipo oracional, as condições de felicidade não estão completamente preenchidas, como explica Dancygier (1998) “o falante não tem motivos suficientes para afirmar p como uma afirmação factual e, de fato, não acredita que p seja verdade”¹². Isto não significa que o conteúdo da oração condicional seja falso, mas que

¹² “the speaker does not have enough grounds for asserting p as a factual statement and may in fact not believe p to be true”.

no momento do discurso, o falante não considera, por algum motivo, que aquele evento possa ser afirmado como verdadeiro.

Dancygier (1998, p. 18-19) argumenta que o sentido não assertivo das construções condicionais é marcado pela presença da conjunção *se*, segundo afirma a autora “a presença do *se* exige uma interpretação sob qual a suposição no seu âmbito de aplicação não conta como um ato de assertividade”¹³. A conjunção *se* é, para autora, o principal motivador da não assertividade da sentença. Dancygier explica que as formas da estrutura condicional que indicam não-assertividade podem ser várias, já o conector *se* sempre apontará para a interpretação de não assertividade. Tal como aponta Ferrari (2000, p. 25), a “prótase de uma condicional atua como um angulador, que estabelece condições de validação do discurso”. Assim, a função de um conector condicional é de indicar a não-assertividade e evidenciar que o evento da prótase precisa ser considerado, sem necessariamente ser considerado como verdadeiro. Toma-se o exemplo em (22):

- (22) Luís Eduardo Magalhães só assume a liderança do governo *se* puder contar com o mesmo exército parlamentar que o ajudou nos tempos da votação da emenda da reeleição (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:ISP).

O que se observa na ocorrência (22) é que o item juntivo *se* é o instaurador da não-assertividade da oração condicional. No caso acima, o falante não concebe a relação entre *p* e *q* como um evento verdadeiro, mas indica, a partir da condicional, uma possibilidade futura na oração núcleo. Em outras palavras, na medida em que o falante aponta uma condição necessária para o acontecimento da oração principal, ele não garante a realização do evento da oração núcleo.

Obviamente, outros elementos formais presentes na oração adverbial condicional levarão a uma interpretação não assertiva, como é o caso do item adverbial restritivo “só” na apódose, e as formas verbais atualizadas, como o tempo futuro e o modo subjuntivo marcado na prótase (*puder contar*) que também revelam e especificam a incerteza da condicional. Em (23) similarmente, a conjunção *se* abre um espaço de não-assertividade para a conclusão do falante na apódose:

¹³ “the presence of *if* requires an interpretation under which the assumption in its scope does not count as an act of asserting.”

- (23) Se tudo correr como esperamos, em janeiro de 1998 estaremos disponibilizando reservas na Internet. (Corpus do Português: 19N:Br:Recf)

A condicional acima confirma a proposta de Dancygier (1998, p.72) que sugere que a presença da conjunção condicional na construção assinala o pressuposto sob seu escopo como não assertivo, e assim, como consequência, a apódose, pertencente ao mesmo espaço mental, é interpretada como não assertiva. Desse modo, a apódose “estaremos disponibilizando reservas na Internet” não pode ser concebida como um evento real ao considerarmos o conteúdo da prótase “se tudo correr como esperamos” que é utilizado pelo falante para criar uma moldura hipotética para a oração como um todo. Não é possível, portanto, afirmar como verdadeiro nem o evento em *p*, nem o evento em *q*.

É possível perceber por meio das ocorrências que existem fatores semântico-pragmáticos que motivam o falante a escolher determinada conjunção, e elementos específicos dispostos na linguagem, como a correlação modo-temporal, para compor o sentido condicional. Como observado, nos estudos, os conectivos que são escolhidos pelos falantes para a expressão da condicionalidade constituem-se peça fundamental e revela extrema complexidade dentro da categoria. Trata-se de um ponto importante para este trabalho, que tem como centro de atenção a estrutura condicional introduzida especificamente pelo conector *caso*. A nossa hipótese é de que a leitura de não-assertividade em construções com *caso* é presente, mas não só pelo significado do conector da oração, mas pela organização da estrutura como um todo, principalmente pela presença do modo subjuntivo. Trata-se de um dos pontos que pretendemos explorar mais adiante neste trabalho.

3.3.3 Predição

Quanto ao parâmetro de predição, proposto por Dancygier (1998), trata-se, no geral, da característica pertencente às condicionais de apresentar uma projeção potencial futura sobre determinada situação. À medida que a expressão de condição se constrói, basicamente, em uma relação de causa-consequência, e que o ato de prever algo está claramente associado a uma situação futura, é notório que esse tipo de oração se

desenvolva dentro de uma sequencialidade temporal, como atestam as seguintes ocorrências:

(24) Se você for pessimista, só irá atrair coisas negativas. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid)

(25) Se você tem uma economia estável, com índices de desemprego menores do que tem hoje, se há oportunidades dentro do Estado, surgirão oportunidades no comércio. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com)

Em cada uma dessas construções, as formas verbais atualizadas em tempos de futuro (*irá, surgirão*) expressam um raciocínio preditivo em que a oração condicional prevê o que pode acontecer na oração núcleo se o evento da prótase for realizado. Essas configurações temporais que indicam futuro são, aliás, pré-requisito para a leitura preditiva em condicionais, como argumentam Dancygier (1998) e Hirata-Vale (2005).

Mas há, também, segundo Dancygier (1998), condicionais em tempos de pretérito que podem proporcionar a interpretação preditiva. Nesses casos, o falante utiliza uma referência temporal anterior ao tempo real indicado pelo verbo, o que tem sido tratado em abordagens cognitivistas como “recuo temporal” (*temporal backshifting*), em que o falante se baseia em uma referência temporal distinta da indicada pela especificação semântica das formas verbais, como exemplifica a ocorrência abaixo.

(26) Se fosse possível reduzir a carga tributária, o efeito sobre a poupança seria muito positivo. (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:ISP)

Nessa ocorrência, a oração condicional prediz o que poderia ter acontecido na apódose se o evento da prótase “se fosse possível reduzir a carga tributária” tivesse se realizado: *o efeito sobre a poupança seria muito positivo*.

Em contrapartida, Dancygier (1998) chama a atenção para as condicionais que não podem ser concebidas como preditivas. Essas se caracterizam pela livre escolha verbal, por apresentar uma relação de causalidade que é não é tão destacada quanto nas preditivas, e pela relação de independência entre os conteúdos dos segmentos adverbiais.

As condicionais não preditivas são, segundo Dancygier (1998), as chamadas “conversacionais”, nelas se incluem as orações do domínio de atos de fala,

(27) Se você não muda o estado civil, como é que você casou? (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:Cid)

e as do domínio metatextual,

(28) Reconheçamos, desde logo, em Maria Cristina Cavalcanti de Albuquerque um grande mestre do romance universal: Luz do abismo (Recife: Bagaço, 1996) é uma narrativa polissêmica, *se essa for a expressão apropriada*, não só pelas linhas que se cruzam e entrecruzam ao redor do núcleo central, mas também pela sólida estruturação que as unifica em obra de arte literária. (Corpus do Português:19N:Br:Cur)

Ao contrário das orações preditivas que tendem a se posicionar em uma sequencialidade temporal de ocorrências em que é preciso considerar p para a previsão de q , nas condicionais não preditivas como as indicadas em (27) e (28) não há uma indicação de futuridade. Em (27), a condicional “se você não muda o estado civil” é usada como pano de fundo para que se realize o ato enunciativo da apódose “como é que você casou?”, e não uma previsão. Na ocorrência (28), p “se essa for a expressão apropriada” é um comentário/adendo que faz referência ao trecho da apódose “narrativa polissêmica”. Essas orações não são capazes, portanto, de expressar uma previsão já que as orações em p são mais “soltas” e não possuem relação sequencial com a oração núcleo.

Em suma, o traço de predição é central para o entendimento da condicionalidade e está diretamente relacionado, além dos domínios cognitivos, com as formas verbais atualizadas, que podem, além disso, revelar outros fatores para a interpretação de condição, como por exemplo, as diferentes posturas epistêmicas encontradas nas orações condicionais cujo assunto será abordado na próxima seção.

3.3.4 Distância Epistêmica

Fillmore (1990) e Sweetser (1990) consideram que as escolhas da conjunção e de formas verbais em construções condicionais marcam a perspectiva do falante em relação ao evento descrito na oração. Fillmore (1990) entende que o traço de postura epistêmica se refere à associação ou dissociação mental que o falante tem em relação ao conteúdo da prótase. Assim, para o autor, as posturas apresentadas podem ser neutras, positivas, ou negativas.

Em construções introduzidas pela conjunção “quando”, segundo Fillmore (1990), a postura apresentada é positiva, haja vista que o falante considera o evento descrito na prótase “chegar o mês de dezembro deste ano” como algo que realmente acontecerá.

(29) *Quando* chegar o mês de dezembro deste ano deverei reavaliar minha situação política e a situação da conjuntura política na época, para, após isso, baseado na minha via pessoal e tomar uma decisão. (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:Pov)

Em construções condicionais introduzidas por *se*, no entanto, o posicionamento é neutro ou negativo, como se vê nas sentenças abaixo.

(30) *Se* você fizer uma pesquisa verá que as mesmas famílias detêm o poder desde o Império até hoje. (Corpus do Português:19Or:Br:Intrv:Pov)

(31) *Se* tivéssemos ferrovias, as rodovias seriam usadas como alternativa ou no transporte de curta distância. (Corpus do Português:19N:Br:Cur)

Nas ocorrências (29) e (30), há um posicionamento neutro do falante, uma vez que as formas verbais utilizadas (presente e futuro) revelam que o falante não considera nem desconsidera o evento como verdade. A escolha do “se” e do tempo verbal demonstra que o falante não quer se comprometer e nem se descomprometer com a afirmação realizada na oração, sinalizando assim neutralidade.

Quando as condicionais estão como em (31), configuradas no tempo pretérito imperfeito do subjuntivo, a postura epistêmica construída é classificada como negativa, pois o falante não acredita no acontecimento em *p* “Se tivéssemos ferrovias” e

consequentemente também não crê na realização de *q* “as rodovias seriam usadas como alternativa ou no transporte de curta distância”.

Em outras palavras, nas condicionais, verificam-se diferentes graus de comprometimento do falante em relação ao que está sendo enunciado. Podemos dizer, assim, que ao utilizar formas verbais no presente do indicativo, o grau de associação mental do falante com o conteúdo descrito é maior.

Nesse sentido, Dancygier (1998) propõe que um dos traços definidores da categoria condicional é apresentar um distanciamento epistêmico por parte do falante uma vez que o sentido básico construído pelas construções condicionais parece estar embasado na falta de certeza que locutor tem frente às afirmações que realiza. Portanto, as condicionais são construídas com verbos e marcas linguísticas que, no geral, indicam uma situação futura, uma expectativa, ou uma contra expectativa do locutor, e nunca uma situação que pode ser de fato assegurada por quem a emite.

3.3.5 Espaços Mentais

Como demonstrado por Dancygier (1998), as funções de tempo e modo verbais estão associadas a funções que vão além da semântica de temporalidade dos eventos, constituindo-se fatores importantes também no reconhecimento de postura epistêmica do falante em relação aos eventos, e as diferentes perspectivas construídas mentalmente (FILLMORE, 1990). Desse ponto de vista, concebe-se que, no que se refere aos espaços mentais, a configuração modo-temporal do verbo, entre outros recursos da língua, têm sido fundamentais na interpretação de como um espaço é desencadeado por outro espaço em uma construção condicional (FAUCONNIER, 1997; DANCYGIER, 1998); DANCYGIER E SWEETSER, 2005).

Para Dancygier (1998), as construções condicionais são, no geral, introdutoras de espaços mentais e, portanto, este deve ser mais um fator a ser considerado na caracterização da condicionalidade.

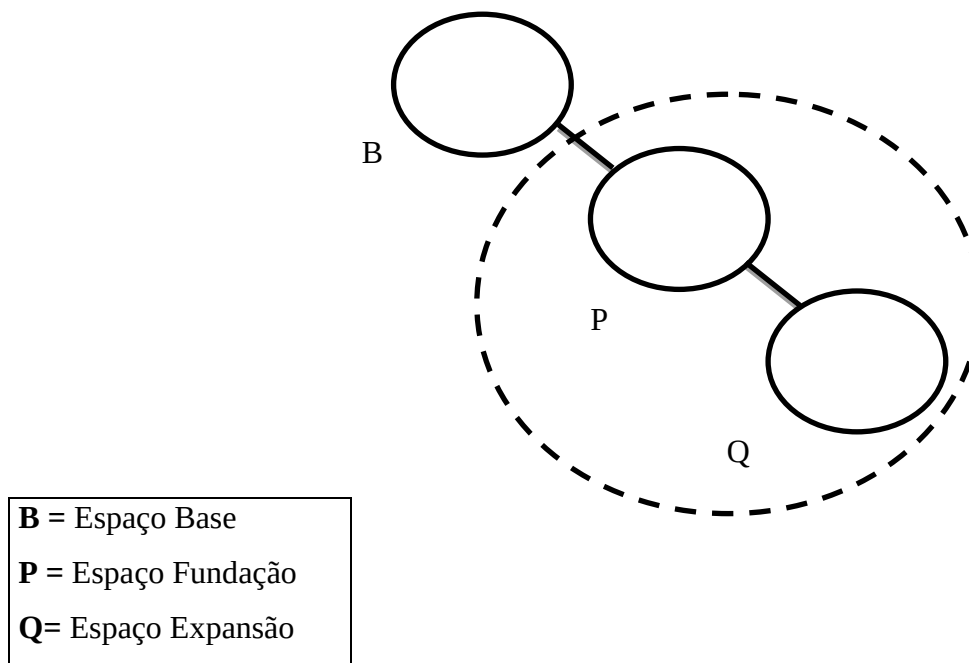
A teoria dos Espaços Mentais, elaborada por Fauconnier (1994, 1997, 1998), é um modelo geral que visa fornecer explicações sobre como a linguagem se relaciona com as representações cognitivas. Espaços mentais envolvem, segundo Lakoff (1987), uma representação mental realizada pelo falante sobre alguma situação no mundo.

Conforme Fauconnier (1997), a elaboração de espaços mentais funciona como uma rede dinâmica, pois à medida que o discurso se desenvolve, novos espaços mentais

são construídos, e espaços mentais já instituídos são elaborados e reestruturados na mente do falante. Em construções condicionais, isso acontece do seguinte modo: a) estruturam-se os elementos internos dos espaços; b) estabelece-se uma conexão entre os espaços por conectores; c) há a criação de um espaço base (nele estão ancoradas todas as informações importantes do discurso); d) a partir do espaço base, são construídos novos espaços que são fundação e expansão (FAUCONNIER, 1997, p. 49).

Para melhor compreender, Dancygier e Sweetser (1996) explicam que, na condicional, “Se chover amanhã, eles cancelarão o jogo”, por exemplo, a sentença iniciada pelo conector *se* (prótase) constrói o Espaço Fundação, que por sua vez, estabelece o enquadre referencial para a construção do Espaço Expansão (apódose). Vejamos a representação diagramática¹⁴:

Diagrama 1: Espaços Mentais



Pode-se interpretar a partir do exemplo e da ilustração do diagrama acima que há, conforme as autoras, um espaço (base) em que não existe chuva, e nem o cancelamento do jogo. Partindo desse espaço base são construídos outros espaços, que são alternativos: num deles (espaço futuro/espaço fundação) chove e o jogo é cancelado; no outro (espaço contrafuturo/espaço expansão) não chove e o jogo não é cancelado. O

¹⁴ Adaptado de Fauconnier (1997, p.132).

último espaço contraria a predição feita no espaço futuro em que a chuva ocorre e o jogo não é cancelado, denominado, portanto, como espaço contrafuturo (DANCYGIER; SWEETSER, 1996).

Assim, conforme Dancygier (1998), o conector condicional *se* constrói um espaço mental hipotético, pois as relações entre a oração matriz e a oração condicional vinculam situações que são alternantes, isto é, a situação descrita é variável, podendo assim ser afirmada ou negada.

A teoria dos espaços mentais, bem como os outros parâmetros de condicionalidade propostos por Dancygier (1998) são importantes neste trabalho, pois, ao analisarmos a condicional com *caso*, buscamos verificar as características principais entre essa construção e a condicional prototípica no que diz respeito às semelhanças e diferenças entre elas, e contribuir para a interpretação da categoria condicional no português do Brasil.

Nesse direcionamento, pretendemos analisar as orações condicionais iniciadas por *caso* no português do Brasil através do conjunto de parâmetros aqui apresentados que serão entrecruzados com os fatores de ordem formal como correlação verbal e posição da oração condicional. Na próxima seção, portanto, discutem-se os parâmetros formais que serão avaliados.

3.4 Parâmetros Formais

Para a análise das construções condicionais introduzidas por *caso*, selecionamos, além dos parâmetros de condicionalidade elaborados Dancygier (1998), a (i) posição da oração condicional em relação ao segmento nuclear, e apresentamos as (ii) diferentes correlações modo-temporais estabelecidas nas orações condicionais com *caso*.

3.4.1 A posição da oração em relação ao núcleo

Para atestar os traços principais da condicional prototípica e compreender como a categoria pode ser caracterizada, além dos parâmetros de condicionalidade como os apresentados nas seções anteriores, Dancygier (1998) destaca a importância de verificar a ordem da oração condicional em relação ao segmento nuclear.

Diversos autores (GREENBERG, 1963; LEHMANN, 1974; HAIMAN, 1978; FORD E THOMPSON 1986; COMRIE, 1986; SCHIFFRIN, 1992) comprovaram em seus estudos que a tendência é que em construções condicionais a ordem mais frequente é a prótase anteceder a apódose.

O fato das condicionais aparecerem, na maioria das vezes, na posição inicial corresponde à função de tópico da condicional, isto é, o conteúdo da prótase funciona como um conhecimento que é partilhado entre falante e ouvinte, tal como demonstrado por Haiman (1978).

Outra explicação é dada por Comrie (1986), que diz ser a anteposição da condicional relacionada ao fato de haver uma ordem linear que é icônica à sequência da argumentação em que o discurso é elaborado. O autor aponta que uma vez que as condicionais possuem significado relacionado à zona da causalidade, é comum que os falantes apresentem a condicional anteposta, pois, no mundo real, entende-se que a causa é anterior à consequência e o falante tende a transferir as situações tal como são experiências para o enunciado. Nesse sentido, em especial nas condicionais de conteúdo, a ordem anteposta justifica-se uma vez que há uma sequencialidade entre os eventos da prótase e apódose, em que a situação contida em *p* leva ao acontecimento do evento em *q*.

A ordem da condicional também está relacionada aos espaços mentais, que orientam o tipo de mundo alternativo que o falante deseja evocar, sendo, por esse motivo, a condicional anteposta à oração núcleo. Desse modo, a anteposição é mais frequente haja vista a menor complexidade cognitiva para a formulação e codificação da oração.

No que diz respeito às condicionais com prótases pospostas e intercaladas, ao contrário da condicional anteposta que desempenha função de tópico, Hirata (1999) afirma que, na ordem marcada, a prótase funciona como um adendo ou *afterthought*, conforme denominado por Chafe (1984).

Assim, analisaremos a posição da condicional encabeçada por *caso* em relação ao núcleo da oração. Consideramos também a variabilidade de posições que podem ser encontradas (anteposta, intercalada ou posposta) bem como os diferentes significados que podem emergir da forma como a oração está estruturada.

3.4.2 A correlação modo-temporal

Para Dancygier (1998), a referência modo-temporal configurada nas orações condicionais constitui ponto fundamental para o entendimento de como a categoria está organizada. Os tempos e modos verbais irão contribuir na construção do significado condicional uma vez que determinados tipos verbais corroboram com a expressão hipotética, como verbos que indicam incerteza, dúvida, e não-assertividade, como, por exemplo, o modo subjuntivo. O trabalho de Dancygier (1998), no entanto, demonstra que para analisar as formas verbais das condicionais não devemos restringir apenas à verificação da configuração verbal, mas relacioná-la a outros aspectos de forma e significado, pois, como afirma a autora, todos os traços da oração condicional vão colaborar com a interpretação da condicionalidade.

Segundo a autora, a configuração modo-temporal atualizada na oração, bem como outros aspectos, leva ao significado de não-assertividade da oração condicional. As diferentes formas verbais vão resultar, conforme Dancygier (1998), em diferentes compreensões, isto é, no modo indicativo, em tempos de presente e futuro, a situação exposta pelo falante está relacionado à um distanciamento epistêmico que é neutro, pois ele crê na possibilidade de ocorrência do evento enunciado; no subjuntivo, por sua vez, em tempos de presente e futuro, a situação é descrita como eventual e o falante não considera nem desconsidera o cumprimento da condição, já em tempos de pretérito, o falante expressa uma expectativa contrária quanto ao cumprimento da condição, e a situação é descrita como distanciamento epistêmico negativo.

Desse modo, as relações verbais da oração condicional revelam significados que vão muito mais além do que referências puramente temporais. Portanto, a correlação modo-temporal da oração constitui importante parâmetro de análise para as condicionais, e parece ser aspecto de extrema relevância para explicar o caráter não factual das orações condicionais iniciadas por *caso*.

Assim, parâmetros de forma e significado da condicional serão interligados e analisados tal como propõe Dancygier (1998) haja vista que o foco deste trabalho está em sistematizar e oferecer uma caracterização geral das orações condicionais que são introduzidas por *caso* no português do Brasil. Dessa forma, tendo em vista o conjunto de parâmetros elencados aqui, o estudo da condicional em questão considerará os componentes de ordem sintático, semântico, pragmático e discursivo relacionados. Para tal, na próxima seção, trazemos nossas considerações metodológicas, e em diante, a análise.

4 METODOLOGIA

Neste trabalho, parte-se do ponto de vista de que a língua deve ser analisada em situações concretas de uso, como exige a abordagem funcional e cognitivista da linguagem.

Nesse sentido, quanto ao material de análise, as ocorrências que compõem o *corpus* foram extraídas do banco de dados *Corpus* do Português (DAVIES, FERREIRA, 2006). Trata-se de um banco de dados disponível *online* (www.corpusdoportugues.org) que apresenta atualmente duas partes distintas: (i) *corpus* gênero/histórico (original e menor) que possibilita a visualização das mudanças históricas bem como as variações de gêneros, e (ii) *corpus* web/dialetal (novo e muito maior) que permite verificar as variações dialéticas (e tem 50 vezes mais dados do português moderno).

O *Corpus* “original” do Português (2006) é composto por mais de 45 milhões de palavras em quase 57,000 textos, que envolvem as variedades do português brasileiro e europeu, nos registros oral e escrito, num período que vai do século XIV ao XX. Para o século XX, os textos que compõem o *corpus* estão divididos entre os tipos acadêmico, notícias, ficção e oral. A nova edição do *Corpus* do Português (2016) contém uma base de dados com cerca de um bilhão de palavras de textos retirados da web de quatro países que falam língua portuguesa (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique). Este *corpus* permite que se analise o português mais recente (entre 2013-14), e se compare entre os diferentes dialetos. Esse *corpus* também é muito maior do que o *corpus* anterior - mais de 50 vezes maior para o português moderno (um bilhão de palavras, em comparação a apenas 20 milhões de palavras a partir do século XX no *corpus* original).

É possível buscar, nesse banco de dados, palavras exatas, formas de uma palavra, frases e construções gramaticais, além da frequência de ocorrência dessas formas.

A análise aqui realizada fixou-se nos trechos de diferentes tipos de textos dispostos no *Corpus* do Português (acadêmico, notícias, ficção, oral, e textos da web) no português do Brasil contemporâneo (séculos XX e XXI). A busca foi feita pelas construções em que *caso* atuava como um conectivo condicional. A partir daí, verificamos o número de ocorrências de construções condicionais introduzidas por *caso* nesse *corpus*.

Adotamos, nesta pesquisa, uma perspectiva sincrônica, assim, delimitamos para análise, 300 ocorrências. Uma vez que esse tipo de oração é extremamente frequente nesse *cópus*, recortamos um número de dados para uma amostra que nos permitisse avaliar o modo como essas construções atuam para expressar condicionalidade.

Para que os objetivos fossem alcançados, investigamos as construções com *caso* quanto aos parâmetros descritos nas seções anteriores convertidos em parâmetros de análise. Assim, serão considerados, para a descrição das orações condicionais realizadas aqui:

- 1) causalidade,
- 2) predição,
- 3) não-assertividade,
- 4) distância epistêmica,
- 5) espaços mentais,
- 6) a posição da oração condicional em relação à oração núcleo, e
- 7) a correlação modo-temporal

A partir da verificação de cada parâmetro de análise, constatamos que a construção introduzida por *caso* pode ser interpretada como uma condicional a qual apresenta especificidades estruturais e conceptuais, conforme demonstramos no próximo capítulo.

5 AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS INTRODUZIDAS POR “CASO”

Neste capítulo, analisamos as construções condicionais introduzidas por *caso* com o foco em verificar quais são as características presentes nessa oração que permitem a expressão de condicionalidade. Considera-se, portanto, os parâmetros de condicionalidade definidos por Dancygier (1998), que propõe que a condicionalidade deve ser entendida conforme cada aspecto de forma e significado que são mapeados para construir a interpretação condicional.

5.1 A causalidade em construções condicionais introduzidas por “caso”

Nesta seção, passamos à investigação dos traços de causalidade na interpretação da condicional introduzida por *caso*. Partindo de Sweetser (1990) e Dancygier (1998), que consideram que a expressão de causalidade da condicional está relacionada aos domínios cognitivos em que as construções condicionais são compreendidas, pretende-se analisar a causalidade na construção “*caso p, q*” conforme os quatro domínios cognitivos propostos pelas autoras, quais sejam: domínio de conteúdo, epistêmico, atos de fala e metatextual.

A partir da análise de dados, verifica-se que as condicionais iniciadas por *caso* aparecem nos diferentes domínios conceituais de forma bastante variável. O que é possível visualizar na tabela 1.

Tabela 1: Frequência de domínios cognitivos em condicionais introduzidas por *caso*

Domínio Cognitivo	Conteúdo	Epistêmico	Atos de fala	Metatextual
Freq.	59	66	101	74
%	20%	22%	33%	25%

Fonte: Elaboração Própria.

No domínio cognitivo de conteúdo, que correspondem a 20% (59) das ocorrências analisadas, a relação de causa e consequência na estrutura é facilmente visualizada, isto é, tem-se uma conexão causal entre a condicional e a oração núcleo que

é bastante clara. A leitura que se faz em condicionais de conteúdo é a de que o evento contido na prótase é a causa do evento na apódose. Conforme Dancygier (1998), a causalidade presente nas condicionais está relacionada à sequencialidade dos acontecimentos. Vejamos nas ocorrências abaixo:

(32) *Caso o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses do ano anterior, terá ele o direito da declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos.* (Corpus do Português: G BR 2viadeconta.com.br)

(33) *Caso a vítima não seja resgatada a tempo, a morte se dará por afogamento secundário advindo do choque hipovolêmico provocado por a hemorragia.* (Corpus do Português: G BR institutobotocinza.org)

Na sentença (32), observamos uma relação de causalidade uma vez que o evento em *p* desencadeia a situação enunciada em *q*, ou seja, a oração núcleo “terá ele o direito da declaração...” é a consequência/efeito da condicional “caso o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses...”. Em (33), do mesmo modo, o segmento nuclear “a morte se dará por afogamento secundário...” é apresentado como a consequência do evento descrito no segmento condicional “Caso a vítima não seja resgatada a tempo”.

É possível perceber nos dois exemplos (32 e 33) que o significado de causalidade é a base para a estruturação dos eventos entre a prótase e a apódose, isto é, podemos verificar que a situação descrita em *q* é desencadeada pelo evento codificado em *p*. As condicionais que pertencem ao domínio de conteúdo relacionam dois estados de coisas do mundo real, sendo assim, configuram-se situações que são mais concretas, e, portanto, a noção de causalidade aqui parece ser mais marcada do que em outros domínios conceptuais.

Como explica Dancygier (1998, p. 82), em condicionais que pertencem ao domínio de conteúdo, há uma conexão entre as duas cláusulas em que a realização de *p* é uma condição suficiente para a realização de *q*. Nas palavras da autora, “o evento ou

estado de coisas descrito por p , se realizado, será suficiente para a realização do evento ou estado de coisas descrito em q ”¹⁵.

Apareceram no domínio epistêmico 22% (66) das ocorrências investigadas. Neste domínio, de acordo com Sweetser (1990), não há uma relação de causa tão evidente quanto a que se nota no domínio de conteúdo. Aqui marca-se causalidade no sentido em que a interpretação que se faz é de que o conhecimento contido na condicional é interpretado como causando ou permitindo a conclusão da oração nuclear. Nesse sentido, Neves (2000, p. 500) propõe que “o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase é uma condição suficiente para se deduzir a verdade da proposição expressa na apódose”. Conforme Pinto e Oliveira (2016), trata-se de uma construção com um grau de subjetividade maior do que a de conteúdo, porque está associada a uma atitude do falante. A ocorrência abaixo elucida este tipo de construção:

(34) *Caso* ele não deseje disputar um novo mandato, nós temos alguns nomes dentro do partido que poderão representar bem o Estado. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Pov)

Em (34), o conteúdo da apódose “nós temos alguns nomes dentro do partido que poderão representar bem o Estado” só pode ser considerado como verdadeiro, se o evento da condicional “caso ele não deseje disputar um novo mandato” vir a ocorrer. Verifica-se uma inferência epistêmica do falante, pois, nessa condicional, há um fato colocado pelo falante a partir do qual é possível inferir a conclusão ou dedução do que está dito na apódose. O mesmo acontece em (35):

(35) *Caso* o SBT não coloque os vídeos, saberemos que é porque alguém os informou que as pessoas notaram a coincidência. (Corpus do Português: GBR acidblacknerd.wordpress.com)

É possível uma interpretação de causalidade epistêmica em (35) uma vez que o falante parte de um conhecimento do fato expresso na proposição da condicional “caso o SBT não coloque os vídeos” para concluir como uma verdade a expressão contida na

¹⁵ “the event or state of affairs described by p , if realized, will be sufficient for the realization of the event or state of affairs described in q .”

cláusula principal “saberemos que é porque alguém os informou que as pessoas notaram a coincidência”. Nota-se que o falante se posiciona e faz uma avaliação sobre o evento da condicional, tornando-a assim uma construção mais subjetiva. Conforme Dancygier (1998), o domínio epistêmico é caracterizado por conter uma relação entre premissas e perspectivas que o falante realiza através da condicional, e por meio dessas premissas, o falante realiza as conclusões que são expressas na oração núcleo. A relação de causa e consequência se dá aqui no sentido de que a suposição contida em *p* causa a conclusão descrita em *q*.

Tendo em vista que a condicional epistêmica tem a ver com o posicionamento do falante em relação a um espaço hipotético que é construído, pode-se afirmar que essas condicionais são mais abstratas do que as condicionais de domínio de conteúdo, e assim, conseqüentemente, a causalidade é diluída, e passa a ser menos evidente.

Encontramos, além disso, construções iniciadas por *caso* que possuem a leitura pragmática de ato de fala. Elas aparecem em 33% (101) das ocorrências investigadas, sendo mais frequentes do que as condicionais dos outros domínios cognitivos. A condicional de ato de fala pode ser definida como: sentença em que “a prótase é afirmada como uma condição suficiente para um ato de fala sobre a apódose” (Van der Auwera, 1986, p. 202 *apud* Dancygier, 1998, p.89).¹⁶ Conforme Sweetser (1990), uma condicional de ato de fala pode ser explicada da seguinte maneira: considere *p* e eu executo esse ato de fala. Ainda conforme a autora, a causalidade acontece uma vez que o que está descrito na prótase é entendido como o que está “causando” ou habilitando o ato de fala na apódose. A autora ainda destaca que os atos de fala são de fato realizados, e não apenas realizados condicionalmente, como demonstrado em (36):

(36) *Caso o senhor recebesse o convite para assumir a Secretaria de Segurança Pública, aceitaria?* (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Pov)

Segundo explica Dancygier (1998), neste tipo de condicional parece que o ouvinte pode rejeitar o conteúdo da prótase, mas aceitar de forma positiva o ato de fala. Em (36), o ouvinte pode achar a pergunta invasiva, mas querer responder por se tratar de uma suposição e não de algo certo ou verdadeiro. A condicional de ato de fala funciona para dar uma opção ao ouvinte e ser menos assertivo, fazer com que o

¹⁶ “the protasis is asserted to be a sufficient condition for a speech act about the apodosis.”

enunciado seja mais adequado e educado. Trata-se de uma estratégia de preservação da face, pois o falante deseja ser mais polido. Assim, ele se distancia do compromisso de afirmar a situação em *q* trazendo uma oração condicional, que veicula uma situação que pode ou não ser verdadeira. Nas condicionais de ato de fala, a prótase pode ser independente do conteúdo da apódose. Nesse sentido, as condicionais de atos de fala não marcam uma relação estrita de causa-consequência, já que uma oração não está desencadeando outra, na verdade, a prótase é utilizada como motivadora para a o ato de fala enunciado na apódose.

Há, ainda, por exemplo, casos como em (37), em que o falante utiliza uma condicional de ato de fala para dizer algo que para ele é informativo, como descreve Dancygier (1998), o falante está utilizando o que Grice (1975) denomina de máxima conversacional de informação “eu estou informando você que X, desde que seja informativo para eu dizer X”:

(37) *Caso* você não saiba, a PM exerce funções de polícia judiciária militar e faz inquéritos com relação a crimes militares; Eu já fui escrivão de sua Polícia e não tenho como objetivo voltar. (Corpus do Português: G BR abordagempolicial.com)

No caso de (37), o falante parte do pressuposto de que o leitor espera ou precisa ser informado sobre algo na prótase “caso você não saiba”, portanto enuncia-se um ato de fala na apódose “a PM exerce funções de polícia judiciária militar ...”. Podemos notar, então, que as condicionais que pertencem ao domínio pragmático de ato de fala são construídas com uma condição + uma pergunta, um questionamento (36) e uma condição + uma declaração, uma informação (37 e 38) como na ocorrência abaixo:

(38) *Caso* não saiba, a rede mundial de computadores vem trazendo ótimas ferramentas para quem precisa de ajuda relacionada a esse assunto. (Corpus do Português: G B 007blog.net)

Na situação acima, para fazer a afirmação da apódose “a rede mundial de computadores vem trazendo ótimas ferramentas para quem precisa de ajuda relacionada a esse assunto”, o falante utiliza a condicional “Caso não saiba” para ser menos assertivo, ele parte do pressuposto de que o seu ouvinte pode não saber e, portanto, trata-se, para o falante, de uma informação relevante. As condicionais de ato de fala são,

na maioria das vezes, utilizadas quando o locutor está preocupado em ser educado, cortês. Na ocorrência abaixo, também é possível observar como a condicional com *caso* se compõe para tal.

(39) *Caso* queiram conhecer meu trabalho, tem um link lá embaixo com meu site!(Corpus do Português: G R acasadearquitecto.blogspot.com)

Segundo Dancygier (1998), as condicionais de ato de fala se preocupam com a polidez e são geralmente fórmulas pré-fabricadas, isto é, não são estruturas que se formam espontaneamente na fala corrente, há uma forma sempre fixa e engessada para se anunciar algo.

Como sugere a autora, as condicionais de ato de fala são semelhantes às condicionais do domínio metatextual. Os dois domínios expressam condições sobre a adequação e, assim, não envolvem nenhuma dependência do mundo real entre os conteúdos de seus antecedentes e consequentes. No entanto, o que caracteriza o domínio metatextual e o diferencia da condicional de ato de fala é que a condicional metatextual é empregada especificamente para fazer uma referência ou revisão do enunciado anterior, a fim de cooperar na interpretação, sendo assim, mais intersubjetivas.

É possível perceber que, em termos de expressão de causalidade, as construções iniciadas por *caso* atuam em múltiplos contextos conceptuais; a utilização desse tipo de condicional encontra-se em todos os domínios cognitivos, inclusive no domínio metatextual que apareceu em 25% (74) dos dados gerais analisados. Vejamos nas sentenças abaixo como se configuram as condicionais metatextuais:

(40) Verificar se a versão de a máquina virtual instalada é a JVM Sun 1.6.0.11 ou superior. Caso não, solicitar a atualização a equipe de rede local. (Corpus do Português: G BR acesso.serpro.gov.br).

(41) Porque, depois de passado um tempo, tu te concede o direito de ter, junto de ti, caso isso seja possível, os amigos que realmente marcaram na tua vida. Nossa! Isso pra mim é fundamental como profissional (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Web).

- (42) Se eu tivesse paciência eu o procuraria, *caso* ele quisesse, pra gente fazer uma novela (risos) (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Web).

Verifica-se, nos casos acima, que o falante constrói o enunciado na crença de que seu pensamento está incompleto, assim, ele utiliza a condicional com a intenção de trazer uma formulação mais completa do que pretende dizer. Preocupado com a forma com que o seu interlocutor receberá a mensagem, o falante faz uma revisão/correção do seu texto selecionando qual aspecto é ou não relevante.

Como se vê em (40), a condicional “caso não” tem a função de negar a afirmação anterior “é a JVM Sun 1.6. 0.11 ou superior” de forma a substituí-la. Percebe-se que o falante retoma o que foi dito anteriormente, utilizando apenas a condicional de forma anafórica para não ser repetitivo e acrescentar de forma objetiva o que deseja alterar, o que proporciona a leitura: *caso não seja a JVM Sun 1.6. 0.11 ou superior, solicitar a atualização a equipe de rede local*. Nota-se que, ainda no exemplo em (40), a condicional possibilita uma leitura de contraste, uma vez que a condicional funciona para contradizer, negar o segmento anterior “é a JVM Sun 1.6. 0.11 ou superior”.

Na sentença de (41), a condicional “caso isso seja possível” é utilizada para marcar a falta de certeza do falante sobre parte do seu texto “tu te concede o direito de ter junto de ti os amigos”. Desse modo, o falante acrescenta ao enunciado uma condicional do tipo metatextual expressando sua dúvida sobre parte da proposição. A condicional metatextual funciona tanto para destacar parte de um conteúdo da sentença, quanto para referenciar esta parte anaforicamente, como por exemplo, em (42). “Caso ele quisesse” retoma parte do conteúdo da apódose “eu o procuraria pra gente fazer um filme”, assim, a condicional é como um comentário, um adendo sobre a informação da oração núcleo. Isto é, o falante não pode afirmar que o filme certamente será feito, pois depende da aprovação de seu colega de trabalho.

A expressão condicional, nas orações (41) e (42), pode ser entendida como não-assertiva, revelando uma dúvida ou incerteza do falante e não como uma rejeição ou contraste do que foi descrito anteriormente. Além disso, em (42), o locutor está atento para não ser hostil sobre o que está anunciando a seu interlocutor. No geral, o objetivo da condicional metatextual está relacionado com a elaboração de um enunciado que seja compreensível para o interlocutor. Sobre a configuração sintática das metatextuais, é bastante comum encontrar condicionais em posição medial (intercaladas), tendo em

vista sua característica central de metalinguagem, isto é, proporcionar um comentário ou uma explicação sobre o próprio texto em questão.

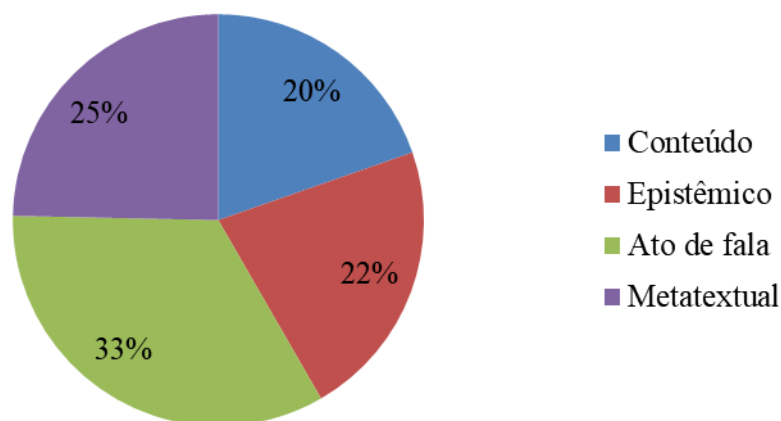
Por fim, é preciso considerar, conforme propõe Dancygier (1998), as construções condicionais do tipo metatextual que são usadas para justificar uma expressão paralela ou contrastante utilizada, como observado em (43):

- (43) Casal sem filhos havia anos, o problema agora era escolher os nomes.
Caso fossem homens, Cosme e Damião; caso fossem mulheres, Ifigênia e Benedita.
 (Corpus do Português: 19:Fic:Br:Vieira:Mais)

O que se vê na ocorrência (43) é que “caso fossem homens” é pano de fundo para “cosme e damião”. Como são consideradas simétricas, desse modo, pode-se trocar sua ordem sem afetar a interpretação, ficando assim: “Cosme e Damião, caso fossem homens.” Assim, nas condicionais introduzidas por *caso*, a prótase pode ser usada como um comentário metatextual sobre algum aspecto da apódose, demonstrando grau de intersubjetividade uma vez que o falante pretende ser cooperativo com seu ouvinte.

A análise do traço de causalidade demonstrou que a condicional aqui estudada é utilizada em todos os domínios cognitivos propostos por Dancygier (1998) e Sweetser (1990). Desse modo, a condicional introduzida por *caso* parece estar muito próxima da condicional prototípica “Se p , q ”, pois, como é possível notar na frequência de ocorrência dos quatro tipos de domínios cognitivos, as condicionais iniciadas por *caso* podem apresentar diferentes significados conceptuais de modo bastante variável, visto que de um domínio para o outro o número de ocorrências são similares, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Domínios cognitivos em condicionais introduzidas por *caso*



Fonte: Elaboração Própria.

A variabilidade entre um domínio e outro, e a alta frequência de condicionais de atos de fala e metatextuais revelam que há uma semelhança entre a condicional iniciada por *caso* e o exemplar canônico da categoria (Se p , q) uma vez que as construções com *caso*, assim como as prototípicas, apresentam produtividade tanto em domínios mais concretos, como o domínio de conteúdo, quanto em domínios mais abstratos, como os domínios metatextual, atos de fala, e epistêmico.

No que se segue, objetiva-se discutir o parâmetro de não-assertividade na interpretação das condicionais iniciadas por *caso*.

5.2 A não-assertividade em construções condicionais introduzidas por “caso”

Nos termos de Dancygier (1998), a natureza não-assertiva da construção condicional é marcada sobretudo pelo conector que introduz a cláusula condicional. Segundo a autora, o conector acrescenta uma leitura não factual sobre o conteúdo da oração condicional. É claro que a estrutura da construção como um todo pode interferir na leitura de não-assertividade, e não somente o conector em questão. Assim, afirma Dancygier (1998):

Assumir *se*, como marcador de não assertividade, não significa que falantes sempre tenham os mesmos motivos para não se engajar em uma afirmação completa. De fato, outros componentes formais da sentença provavelmente refletirão os aspectos das próprias crenças do falante (positivo, negativo ou neutro) sobre o conteúdo e sobre as

crenças do ouvinte, que motivam o uso de uma forma não assertiva. (Dancygier, 1998, p.19)¹⁷

A autora considera que as formas que contribuem para uma interpretação não assertiva podem variar, enquanto que o papel do conector condicional como indicador de não-assertividade é constante. Nesse sentido, para a autora, (1998, p. 19) “a presença do *se* exige uma interpretação sob a qual a suposição no seu âmbito de aplicação não conta como um ato de assertividade”¹⁸.

Como já discutido anteriormente, neste trabalho, propõe-se analisar as orações iniciadas por *caso* como uma construção e, assim, procura-se mapear o pareamento entre forma e significado que dão origem à interpretação condicional. Por esse caminho, ao analisar os dados, constatamos que a construção introduzida por *caso* pode, de fato, ser caracterizada como não-assertiva. No entanto, ao contrário do que Dancygier (1998) afirma sobre as condicionais iniciadas por *se*, não é através de *caso* que conseguimos identificar o caráter *irrealis* da sentença, como se examina nas sentenças a seguir.

(44) *Caso* você não tenha uma tábua, adapte a bancada do seu armário, colocando uma forração macia para facilitar sua vida no momento de passar as roupas. (Corpus do Português: G BR minhacasminhacara.com.br)

(45) *Caso* a gente consiga, o filme pode ter uma progressão desconcertante, surpreendente. Começa como um western e com humor. O conto O Famigerado termina quase como uma anedota. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:ISP)

(46) *Caso* haja essa revisão em 99, há a possibilidade de aumentar ainda mais o mandato de Fernando Henrique? (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Pov)

(47) Esta providência visa lhe assegurar o direito de garantia sob a mercadoria comprada e, *caso* não seja tomada, um novo produto não será reenviado e tampouco

¹⁷ “Taking *if* as a marker of non-assertion does not mean that speakers always have the same reasons for not engaging in full assertion. Indeed, other components of the sentence form are likely to reflect the aspects of the speaker’s own beliefs (positive, negative, or neutral) about the content, and about the hearer’s beliefs, which motivate the use of a non-assertive form.”

¹⁸ “the presence of *if* requires an interpretation under which the assumption in its scope does not count as an act of asserting.”

o cliente será reembolsado com o valor. (Corpus do Português: G BR bazardevantagens.com.br)

As ocorrências acima são exemplos da não-assertividade codificada pela construção condicional introduzida por *caso*, isto é, as proposições como as exemplificadas (44-47) não podem ser interpretadas como um evento real. Como se vê na condicional do domínio de conteúdo em (44), é possível entender, através da configuração dos verbos - no presente do modo subjuntivo (*tenha*) na prótase, e presente do imperativo (*adapte*) na apódose - que o falante não nega, nem confirma o conteúdo da sentença, mas se abdica da responsabilidade de afirmar algo como verdade, já que não tem certeza sobre o acontecimento do evento (*não ter uma tábua*).

A condicional em (45), que se trata de uma inferência epistêmica, também estabelece a interpretação de não-assertividade. Equivalente à ocorrência (44), o falante em (45) não é capaz de asseverar o que é dito, então, deixa em aberto, como uma possibilidade. Percebe-se que os verbos dessa oração, no presente do subjuntivo na prótase e presente do indicativo + infinitivo na apódose (*consiga/pode ter*), são as principais marcas linguísticas que evidenciam a não factualidade desse enunciado. Destaca-se a perífrase modal da apódose *pode ter* que ajuda a construir o significado de não-assertividade por veicular acepções de possibilidade para o futuro, probabilidade, dúvida, e incerteza, indicando distanciamento epistêmico por parte do falante.

A leitura não factual pode ser visualizada também na oração em (46) em que se vincula um ato de fala na condicional. Em (46), a condicional “caso haja essa revisão em 99” relacionada ao ato de fala na apódose “há a possibilidade de aumentar ainda mais o mandato de Fernando Henrique?” não pode ser concebida como um ato de assertividade. O falante usa a condicional como uma estratégia argumentativa em que o conteúdo da prótase é utilizado como uma afirmação não verdadeira para que a pergunta contida na apódose seja realizada pelo locutor de modo menos invasivo para com seu ouvinte. É uma peculiaridade das condicionais pertencentes a esse domínio discursivo. É possível destacar, ainda na ocorrência em (46), que a correlação verbal entre prótase (presente do subjuntivo) e apódose (presente do indicativo + infinitivo) também sugere graus de incerteza do falante diante à elocução.

Finalmente, em (47), há uma condicional metatextual, em que também se interpreta não-assertividade. O falante não apresenta engajamento em parte do que é dito: “caso não seja tomada” está se referindo a “a providência”, isto é, “caso não seja

tomada a providência, um novo produto não será reenviado e tampouco o cliente será reembolsado com o valor”. Nessa ocorrência, vê-se que a prótase apresenta uma situação que pode ser alternada: “a providência” pode ou não ser tomada. Desse modo, há aqui uma leitura não factual em *p* e consequentemente o evento em *q* não pode ser considerado como real. Assim como em todas as ocorrências anteriores, a expressão de não-assertividade é construída na relação entre as formas verbais, no presente do modo subjuntivo da oração condicional e futuro do indicativo na apódose (*seja tomada/ será reenviado*), e o conector *caso*.

Como é possível verificar nas ocorrências acima, as construções investigadas neste trabalho aparecem exclusivamente com o modo subjuntivo na prótase. Givón (1995) afirma, no que diz respeito à escolha pelo modo subjuntivo, que o falante opta por esse modo verbal para marcar nuances de incerteza. De acordo com o autor, o uso do modo subjuntivo nas orações subordinadas pode favorecer a modalidade *irrealis* no comportamento verbal, a qual se refere a noções como futuridade, incerteza, habitualidade, hipótese, condição. Nessa perspectiva, os eventos/estados de coisas codificados nas orações introduzidas por *caso* são não-assertivos por apresentarem traços nitidamente *irrealis* em virtude do uso do modo subjuntivo.

O que podemos perceber é que para se alcançar uma leitura hipotética, *caso* precisa estar vinculado ao modo subjuntivo do verbo, pois este está atrelado à semântica de não factualidade das formas verbais. Por outro lado, não é possível expressar condicionalidade nessas orações com verbos no modo indicativo, já que se trata de uma forma verbal que é factual.

Parece que há uma espécie de interação entre o conectivo e a correlação modo-temporal de modo que quando se seleciona um determinado conector, somente algumas correlações modo-temporais são permitidas. Nesse direcionamento, traçamos testes de substituição a fim de verificar quais são as correlações modo-temporais permitidas nas construções condicionais introduzidas por *caso* e percebemos que, de fato, o conectivo *caso* não permite a seleção de tempos do indicativo,

Caso ele **consiga**,...

Caso ele **consegua**,...

Caso ele **conseguisse**,...

Caso* ele **consegue,...

Caso* ele **conseguiu,...

Caso* ele **conseguia,...

enquanto que o conectivo *se* parece não permitir a seleção do presente do subjuntivo:

Se* ele **consiga,...

Se ele **conseguir**,...

Se ele **conseguisse**,...

Se ele **consegue**,...

Se ele **conseguiu**,...

Se ele **conseguia**,...

Assim, é possível visualizar que o conectivo *se* é mais não-assertivo que *caso*. Pois, *se*, por si só, pode veicular não-assertividade, enquanto *caso* não, para indicar não-assertividade, o conector *caso* depende da interação com determinadas correlações modo-temporais. Parece-nos, que é por meio do traço de não-assertividade, tendo em vista as diferentes correlações verbais, que as construções condicionais introduzidas por *caso* se distanciam das condicionais com *se*.

Os fatores envolvidos na escolha do modo subjuntivo na oração condicional introduzida por *caso* parecem estar relacionados ao significado de *caso*. Em resumo, acredita-se que, a interpretação condicional de *caso* está estritamente relacionada com a construção que ele escopa, pois, em outras orações, *caso* pode ser compreendido como um item nominal que expressa fato, ocorrência, acontecimento, oportunidade (cf. CALDAS AULETE, 2011), entre outras designações que se distanciam, claramente, da semântica de condição.

É a possibilidade de *caso* atuar em construções de estruturas diversas que faz com que ele tenha significados tão variados, a depender da forma como a oração é estruturada e constituída. Desse modo, considera-se como relevante para o significado da não-assertividade analisar a composição da construção como um todo, ou seja, focar tanto nas características do conector quanto dos outros elementos da proposição.

Sabendo que a construção introduzida por *caso* atende aos parâmetros de causalidade, e não-assertividade, a partir da próxima seção, pretende-se demonstrar se a construção aqui examinada expressa o parâmetro “predição”, e o modo como essa condicional se configura para tal.

5.3 A predição em construções condicionais introduzidas por “caso”

A predição, segundo Dancygier (1998), é uma característica central das condicionais. A autora afirma que este parâmetro está relacionado à sequencialidade dos eventos da proposição e se aplicam principalmente às condicionais de conteúdo. Dancygier (1998) afirma que as condicionais preditivas utilizam formas verbais que expressam tempos de futuro e que, assim, indicam previsibilidade. Na condicional preditiva, portanto, o evento da prótase é uma previsão para a ocorrência da apódose. De acordo com a autora, as condicionais preditivas podem configurar-se em todas as ordens, isto é, a prótase pode ser tanto anteposta quanto posposta. Assim, Dancygier (1998, p.185) ¹⁹ demonstra, a partir de alguns exemplos, as condicionais que podem ser caracterizadas como preditivas:

Se chover, a partida será cancelada.

Se chovesse, a partida seria cancelada.

Se chovesse, a partida teria sido cancelada.

Segundo Dancygier (1998), nas três condicionais acima há uma predição para o que pode acontecer ou poderia ter acontecido na apódose “a partida será cancelada/ a partida seria cancelada/ a partida teria sido cancelada” se a prótase se realizar, ou tivesse sido realizada “se chover/ se chovesse”. Nesse sentido, o traço de predição refere-se à característica que a condicional tem de projetar um futuro potencial, considerada uma das funções centrais das condicionais de conteúdo (DANCYGIER, SWEETSER, 2005).

A partir daí podemos explicar o traço predição como a realização de declarações e previsões sobre o futuro, em que as condicionais apresentam um esquema de causa e consequência. Nessa perspectiva, ao analisar as condicionais introduzidas por *caso*, no domínio de conteúdo, encontram-se as ocorrências preditivas como em (48):

- (48) *Caso o empresário não consiga quitar as dívidas até o final deste ano, para regularizar sua situação em 2011 ele terá que fazer os pagamentos referentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. (Corpus do Português: G BR4mail.com.br)*

¹⁹ “(1) If it rains, the match will be canceled. (2) If it rained, the match would be canceled. (3) If it had rained, the match would have been canceled.”

É possível dizer sobre a construção (48) que o falante faz uma previsão tendo como base a realidade da situação descrita na oração condicional. A motivação do falante em apresentar uma previsão futura sobre o que é condicionado está no seu conhecimento sobre o presente. Contudo, como argumenta Dancygier (1998), o falante não se fundamenta apenas no conhecimento dos fatos para poder predizer algo, mas, além disso, ele parte das relações entre causa e efeito. Desse modo, observa-se em (48), que é através do conhecimento que o falante tem da situação presente, que ele é capaz de prever e formular uma hipótese futura de que “o empresário pode não conseguir quitar suas dívidas até o fim do ano”, e, portanto, calcular quais os efeitos desse evento. O mesmo acontece em (49) e (50):

(49) *Caso o valor máximo a ser captado seja inferior ao máximo sustentável determinado pelo teste, o usuário deverá declarar o valor máximo que pretende captar e fazer uma observação sobre isso no campo "« observação "» do item "« captação "» que consta no CNARH. (Corpus do Português: G BR 200.20.53)*

(50) *Caso não haja nenhum servidor da UFPR interessado no curso, os 10 % das vagas devem ser distribuídos para a comunidade. (Corpus do Português: G BR prppg.ufpr.br)*

Em (49), através do enunciado da condicional “caso o valor máximo a ser captado seja inferior ao máximo sustentável determinado pelo teste”, o falante faz uma predição sobre o que pode ocorrer “o usuário deverá declarar o valor máximo que pretende captar...”. Na sentença em (50) similarmente, com base na informação da prótase “caso não haja nenhum servidor da UFPR interessado no curso” o falante é capaz de prever o conteúdo enunciado na apódose de que os “10% das vagas serão distribuídas para a comunidade”.

É possível verificar nas ocorrências (48-50) que é pelo conhecimento fundamentado na realidade atual que se chega ao conhecimento da consequência futura. A predição está, portanto, embasada na interpretação da relação causal. Em outras palavras, é como se o locutor estivesse preparando seu interlocutor, no presente, para os acontecimentos futuros. Assim, as construções em (48), (49) e (50) podem ser consideradas como informações preditivas.

Além dos tempos de presente e futuro, as construções correlacionadas aos tempos verbais no passado demonstram o traço de predição, como exemplificado em (51) e (52):

(51) Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Sócio Econômicos (Dieese), o mínimo constitucional (alimentação, moradia, vestuário e lazer) para um casal e dois filhos deveria ser hoje de R\$ 840,00. Caso o mínimo fosse reajustado em 100%, para R\$ 224,00, continuaria pequeno como renda, mas jogaria a inflação para o alto, desorganizando toda a economia, explica Arandia. (Corpus do Português: 19N:Br:PA)

(52) *Caso* a ausência de satélites continuasse, a população teria que enfrentar novos desafios diariamente. (Corpus do Português: G BR megacurioso.com.br)

Nas construções acima, que estão formadas com o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase (*fosse reajustado/ continuasse*) e futuro do pretérito do indicativo na apódose (*continuaría/ teria*), a semântica dos verbos difere da referência temporal construída pelo falante. Em outras palavras, os verbos em tempos de pretérito veiculam situações que se referem a eventos futuros. Há, nessas situações, um recuo temporal (*backshifting*), que ocorre quando a referência temporal antecede o acontecimento indicado pelo verbo.

Dancygier (1998) explica que a predição é presente, nesses casos, pois o falante utiliza tempos de pretérito para sinalizar uma situação que poderia ter acontecido se o evento que é enunciado na oração condicional tivesse de fato ocorrido, sendo portando também um caso de previsão que o falante faz ao relacionar uma sequencialidade entre os eventos da prótase e apódose. Assim, a partir do conhecimento de uma situação, o falante é capaz de formular previsões, mesmo que a crença do falante em relação à ocorrência do evento seja distanciada tendo em vista que o uso do pretérito indica que o locutor não acredita que a situação de fato ocorrerá futuramente.

A sequencialidade temporal entre *p* e *q* é fundamental para o significado preditivo. No geral, as condicionais preditivas são aquelas que se encontram no domínio de conteúdo e no domínio epistêmico, pois nesses tipos de condicionais a base causal e a relação sequencial entre *p* e *q* é bastante destacada, como podemos verificar nos exemplos (48-52).

Em contraposição, há as condicionais não preditivas, que, como delinea Dancygier (1998), “são livres na sua escolha de formas verbais e são geralmente não distanciadas e não causais sobre o nível proposicional”²⁰. Nesse caso, não existe uma indicação de um evento que é futuro, as formas verbais da construção não expressam predição uma vez que estão relacionadas a tempo implicado ou habitualidade. Dancygier (1998) explica que as condicionais não preditivas são as que se caracterizam por conter uma oração núcleo que é independente do conteúdo da condicional. Essas construções são as que pertencem ao domínio metatextual e de atos de fala. Como as elucidadas abaixo, respectivamente:

(53) O léxico deve conter também a classe de palavras à qual o item pertence, as formas amorfas (*caso* sejam especificadas na DCG) e a informação semântica. (Corpus do Português: 19Ac:Br:Lac:Misc)

(54) - Está bem, aceito, *caso* o carro esteja disponível. (Corpus do Português: 19: Fic:Br:Vieira:Mais)

Na ocorrência (53), que pertence ao domínio metatextual, não há a sequencialidade de eventos, a situação descrita na apódose “o léxico deve conter também a classe de palavras à qual o item pertence...” não é sequencial ao evento da prótase “*caso* sejam especificadas na DCG”, mas na verdade, a condicional é apenas um adendo sobre a oração núcleo. Situação semelhante ocorre na condicional de atos de fala em (54): nessa ocorrência não é possível a projeção de um futuro potencial. A condicional “*caso* o carro esteja disponível” na ocorrência (54), não apresenta predição, pois não há uma relação de sequência temporal entre os dois eventos (*p* e *q*). A condicional é usada como pano de fundo para que o falante realize um ato de fala na apódose “está bem, aceito”, e não é utilizada como base para uma projeção de uma predição.

Quanto à frequência, as condicionais aqui analisadas se comportam da seguinte maneira:

²⁰ “Non-predictive conditionals, on the other hand, are free in their choice of verb forms and are generally not distanced and not causal on the propositional level”.

Tabela 2: Frequência das condicionais introduzidas por *caso* em relação ao parâmetro predição

Preditivo	Não preditivo	Total
125	175	300
41,6%	58,3%	

Fonte: Elaboração Própria.

Verifica-se através da tabela ilustrada acima que as cláusulas adverbiais conectadas por *caso* apresentam-se ora com significado de predição (41,6%), em condicionais de domínio de conteúdo e epistêmicas, ora atuando como não preditivas (58,3%), em condicionais do domínio metatextual e de atos de fala. Essa variabilidade pode ser explicada pelo fato de que o parâmetro de predição está muito relacionado ao parâmetro de causalidade e aos domínios cognitivos. Em linhas gerais, o raciocínio preditivo do falante só acontece em condicionais que permitem uma sequencialidade entre as orações *p* e *q*. Como as condicionais de conteúdo e epistêmicas envolvem um vínculo maior em termos de sequencialidade temporal e causal, a predição se faz mais presente, o que não acontece nas de atos de fala e metatextuais, uma vez que essas estão mais ligadas à organização do texto e/ou da interação (caráter mais discursivo, retórico, pragmático), e não com a representação (construção representacional) de eventos ou fatos do mundo (caráter mais semântico).

Conforme demonstra Dancygier (1998), o significado de predição é fundamental para a interpretação condicional, e o modo como as condicionais com *caso* se comportam, nesses termos, mostra uma semelhança entre as orações aqui analisadas e o exemplar canônico. Assim, é preciso investigar outros parâmetros propostos por Dancygier (1998) para entendermos como esse tipo oracional pode ter outros traços similares de uma condicional prototípica.

5.5 A distância epistêmica em construções condicionais introduzidas por “caso”

Segundo Dancygier (1998), a postura epistêmica é entendida como o posicionamento que o falante adota a respeito do que é dito na proposição. Este posicionamento, assim como o traço de não-assertividade, pode ser codificado pelo conector e pelo tempo verbal da construção, podendo expressar postura epistêmica positiva, negativa ou neutra (FILLMORE, 1990; SWEETSER, 1990). A postura

epistêmica neutra está relacionada com a imprecisão que o falante tem sobre o fato, e a postura negativa é sobre aquilo que o falante não acredita ser possível de se acontecer no mundo atual.

Conforme Dancygier e Sweetser (2005), a conjunção temporal *quando* indica postura epistêmica positiva, o conector *se*, por sua vez, sinaliza postura epistêmica negativa ou neutra. Isto quer dizer que, em uma condicional introduzida por *se*, o falante não se envolve positivamente com o que está sendo afirmado.

Através dos tempos verbais (futuro do subjuntivo na prótase e presente do indicativo + infinitivo na apódose), o exemplo de (55) pode ser considerado como uma postura epistêmica neutra do falante sobre o evento descrito, pois ele não considera, nem desconsidera o conteúdo da prótase “comprometer os músculos respiratórios”:

- (55) *Caso comprometer os músculos respiratórios, pode acontecer a morte, pelo fato de mudar a mecânica respiratória.* (Corpus do Português: GBRportalbrasil.net)

Já em (56), o falante considera o evento como impossível de se acontecer no mundo real ao configurar o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase “eu dissesse que choveu”, logo, sua postura é negativa.

- (56) Também me marcou o primeiro encontro com alguém de minha terra, que imediatamente perguntou se estava chovendo por lá. Caso eu dissesse que choveu, a volta seria possível. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:ISP)

Em (57), a postura do falante pode ser considerada como mais distanciada do que a ocorrência anterior. A perífrase verbal no pretérito imperfeito do subjuntivo + particípio (*tivesse tomado*) revela que o emissor se distancia negativamente da afirmação, pois não avalia o evento da condicional “caso tivesse tomado outra decisão” como algo que pode ser realizado.

- (57) Mas sabe como é às vezes me pego pensando como seria minha vida caso tivesse tomado outra decisão, mas esse pensamento não é de Deus. (Corpus do Português: G BRapenas1.wordpress.com)

Um fator determinante para a verificação do parâmetro de distancia epistêmica é a configuração modo temporal do verbo. Na ocorrência (55), o uso de futuro do modo subjuntivo na prótase sinaliza que o falante não tem conhecimento se o evento se realizará, portanto apresenta uma visão neutra sobre a situação. Em (56 e 57), os verbos das condicionais estão configurados no pretérito imperfeito do subjuntivo, o que indica que o falante enxerga o evento descrito na prótase como algo que não é provável de acontecer.

Segundo Fillmore (1990), a postura epistêmica está relacionada à associação ou dissociação mental que o falante faz sobre o evento construído na prótase. Assim, no exemplo abaixo (58), temos uma postura epistêmica neutra, o falante não se associa mentalmente com a cena apresentada (*a foto ser escolhida*):

- (58) *Caso a sua foto seja escolhida, ela fará parte da próxima edição da revista abcDesign, assim como seu nome.* (Corpus do Português: G BRabcdesign.com.br)

Na sentença acima, o modo subjuntivo da prótase revela a imprecisão do conteúdo enunciado, o falante se distancia do que é dito, pois não afirma que a foto de seu interlocutor será escolhida, mas também não nega. Tal como demonstra Neves (2000), o modo subjuntivo indica menor grau de probabilidade de ocorrência da situação da oração condicional. Claramente, trata-se de uma hipótese construída pelo falante sobre uma situação que pode ou não ser realizada. Ou seja, a “sua foto” pode ser ou não escolhida. As formas verbais da construção em (58) (presente do subjuntivo na prótase e futuro do presente do indicativo na apódose) são utilizadas quando o falante suspeita que o evento acontecerá.

Em uma situação de postura epistêmica negativa, por sua vez, há um grau maior de dissociação mental do falante, uma vez que ele não acredita que o episódio da condicional pode vir de fato a acontecer, não se trata de uma probabilidade futura como no exemplo anterior. Observa-se na ocorrência (59) que a situação da prótase “caso passasse” configura-se no pretérito imperfeito do subjuntivo, trata-se, então, de uma hipótese que não virá a ocorrer.

- (59) Quanto ao modelo que deve ser estabelecido, deveria ser o mesmo que estava em curso no projeto do CPPB, que não foi a frente graças a lobby dos delegados de polícia, que acho que deveriam fazer lobby mesmo, pois caso

passasse, com certeza não teriam muito o que fazer. (Corpus do Português: G BR abordagempolicial.com)

Pode-se interpretar a ocorrência (59) como uma suposição de uma situação que não é realizada e nem será no futuro. O falante deixa claro, na sentença anterior à condicional, que o projeto não foi à frente, e supõe que “caso passasse”, a consequência seria de “não ter muito o que fazer”. O comprometimento do falante sobre o evento contido na condicional é anulado, pois ele constrói uma sentença em que o episódio é impossível de incidir no mundo real. Conforme explica Dancygier e Sweetser (2005), o uso de tempos de pretérito geralmente indica uma “distância” temporal e epistêmica. Em (59) o evento da oração condicional “caso passasse” não é somente improvável, mas também contrário ao fato da oração núcleo “não foi a frente graças a lobby dos delegados de polícia”. Assim como argumentam Dancygier e Sweetser (2005, p. 59)²¹:

Dado que os falantes podem muitas vezes ser assumidos como sabendo o que realmente aconteceu em uma situação passada, a posição epistêmica negativa em relação a uma eventualidade condicional no pretérito pode ser facilmente interpretada no sentido de que o falante pretende que a eventualidade seja vista como contrafactual.

Em uma postura epistêmica neutra, não há uma contradição como a apresentada em (59), mas sim uma previsão sobre um futuro que é esperado pelo falante, mas que ainda não foi realizado. Essas construções são classificadas como potenciais uma vez que possuem reais chances de ocorrer futuramente. A ocorrência abaixo é um exemplar desse tipo de construção potencial:

(60) *Caso cumpras o que te peço, ser-te-ei mui grato no futuro.* (Corpus do Português: 19:Fic:Br:Gomes:Rios)

Na ocorrência (60), a condicional no presente do modo subjuntivo “caso cumpras o que te peço” é vista pelo falante como algo que ainda não foi concretizado e também não está certo de ser realizado. Nesse caso, o falante se distancia da crença de que seu interlocutor fará o que ele pede, para não parecer arrogante ou autoritário.

²¹ “Given that speakers may often be assumed to know what actually happened in a past situation, negative epistemic stance towards a past conditional eventuality can readily be interpreted as meaning that the speaker intends that eventuality to be viewed as counterfactual.”

Tendo em vista que a apódose configura-se no tempo futuro do presente do modo indicativo, há uma expectativa por parte do falante de que este evento se realize, mesmo a situação parecendo incerta.

De fato, os dados aqui analisados corroboraram com o proposto por Dancygier e Sweetser (2005) de que as construções condicionais sinalizam postura epistêmica neutra ou negativa. Assim como a construção “se *p*, *q*”, a condicional iniciada por *caso* é capaz de indicar postura epistêmica neutra quando associada a tempos de presente e futuro do modo subjuntivo, e postura epistêmica negativa ao ser configurada no tempo pretérito do modo subjuntivo. Desse modo, as condicionais introduzidas por *caso* expressam uma dissociação mental por parte do falante sobre o conteúdo da proposição. Parece-nos, portanto, que a condicional com o conector *caso* é integrante da categoria das condicionais uma vez que atende a mais um parâmetro de condicionalidade: a postura epistêmica distanciada.

5.6 Espaços mentais em construções condicionais introduzidas por “caso”

A partir de Fauconnier (1985, p 16), Dancygier (1998) assinala que “espaços mentais são construtos distintos das estruturas linguísticas, mas construídos de acordo com as diretrizes fornecidas pelas expressões linguísticas”²². Em linhas gerais, quando falamos ou pensamos, construímos um espaço mental em que, por meio de um espaço base, outros espaços mentais podem ser construídos. Nesse sentido, em construções condicionais, é possível verificar que, a partir de algumas expressões específicas (como o conector e a configuração modo-temporal), denominadas de construtores espaciais, instauram-se novos espaços ou se referem aos espaços que já foram estabelecidos (DANCYGIER, SWEETSER, 2005). Sweetser (1990) aponta que em condicionais do tipo “Se *P*, (então) *Q*”, o evento *P* é uma condição suficiente (e, por vezes, necessária) para a ocorrência do evento *Q*.

A rede de espaços mentais nas construções condicionais acontece em domínios conceptuais específicos, isto é, funciona para elaborar um espaço de conteúdo, ou um espaço epistêmico, ou, também, um espaço de ato de fala.

No domínio de conteúdo, o falante descreve estados de coisas relacionados entre si que configura a relação “a condição em *p* causa *q*”, dentro do esquema lógico-

²² “Mental spaces are constructs distinct from linguistic structures but built up in any discourse according to guidelines provided by the linguistic expressions”.

semântico da construção; essa configuração é montada a partir de um determinado ponto de vista de algum sujeito de consciência responsável pela conceptualização dessa cena, como em:

(61) *Caso* o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses do ano anterior, terá ele o direito da declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos. (Corpus do Português: G BR2 viadeconta.com.br)

Na ocorrência acima, o falante apresenta, na oração núcleo, uma situação que, claramente, constitui a consequência/efeito da situação apresentada na sentença adverbial, ou seja, a relação de condicionalidade na sentença acima se instaura no domínio cognitivo de conteúdo. Existe um espaço base “o consumidor não utilizar os serviços / ter o direito da declaração de quitação” que a partir dele se constrói dois espaços: espaço fundação “o consumidor não utilizar os serviços e ter o direito da declaração”, e o espaço expansão “o consumidor utilizar os serviços e não ter o direito da declaração”, como ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 3: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “caso”

Espaço Base ➡	Espaço Fundação ➡	Espaço expansão
- o consumidor não utilizar os serviços - ter o direito da declaração de quitação	o consumidor não utilizar os serviços e ter o direito da declaração	o consumidor utilizar os serviços e não ter o direito da declaração

Fonte: Elaboração própria.

A rede de espaços mentais também pode ser observada em construções condicionais em que a apódose e a prótase não codificam estados de coisas, mas, sim, um raciocínio em *p* e uma conclusão em *q*, configurando, pois, construções pertencentes ao domínio epistêmico, como na ocorrência (62):

(62) *Caso* o meu nome unifique o partido e esta definição ocorra até agosto, poderei examinar o assunto com tendência a aceitar. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Tar)

O que se observa em (62) é que a condicional introduzida por *caso* é o espaço fundação que contém os termos para a validação temporária de um espaço expansão, projetado a partir do espaço fundação. Vejamos a ilustração:

Tabela 4: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “caso”

Espaço Base →	Espaço Fundação →	Espaço Expansão
- O meu nome unificar o partido e esta definição ocorrer até agosto - poder examinar o assunto com tendência a aceitar	O meu nome não unificar o partido e esta definição não ocorrer até agosto e não poder examinar o assunto com tendência a aceitar	O meu nome unificar o partido e esta definição ocorrer até agosto e poder examinar o assunto com tendência a aceitar

Fonte: Elaboração própria.

Pode ocorrer, além disso, uma condição para o ato de fala realizado por meio da apódose, configurando, desse modo, construções pertencentes ao domínio cognitivo de atos de fala, como a ocorrência (63):

(63) *Caso* eu efetive minha saída, que direitos tenho? (Corpus do Português: GBR acdematos.wordpress.com)

O tipo de espaço mental que é construído em condicional que pertence ao domínio cognitivo de atos de fala pode ser representado como na tabela a seguir:

Tabela 5: Projeção de espaços mentais nas condicionais introduzidas por “caso”

Espaço Base →	Espaço Fundação →	Espaço expansão
- Efetivar minha saída -Que direitos ter	Não efetivar minha saída e que direitos ter	Não efetivar minha saída e que direitos não ter

Fonte: Elaboração própria.

Na situação acima, *caso p* estrutura um espaço mental em que *q* deve se sustentar também. O falante se ancora na suposição construída em *p* para enunciar o ato de fala em *q*. Quando o evento da prótase é negado, o falante não tem porque fazer a pergunta da oração nuclear. Para Dancygier (1998), a interpretação real dos espaços como compatível ou incompatível não é apenas uma questão de linguagem, mas, sobretudo da estrutura dos espaços, à medida que são construídos e negociados no ato discursivo. Assim, segundo Fauconnier (1996, p.67)²³:

à medida que o discurso se desenrola e os espaços mentais são configurados, a recuperação do significado fundamentalmente depende da capacidade de induzir estruturas compartilhadas, mapeá-las de um espaço para outro espaço e estender os mapeamentos para que a estrutura adicional seja introduzida e exportada.

De modo geral, as condicionais introduzidas pelo conector *caso* se referem a uma combinação complexa que envolve pontos de vista do domínio de conteúdo, epistêmico, e de atos de fala que se manifestam na estrutura do espaço mental. Como explicam Dancygier e Sweetser (2005), a escolha do conector, das formas verbais, e entre outros aspectos da construção condicional é uma implicação para construir uma perspectiva a partir de um ponto de vista espacial particular ou da perspectiva de um papel participante específico na interação da fala.

Nas próximas seções veremos como aspectos formais podem influenciar na expressão da condição em construções com *caso*.

5.6 A posição da construção condicional introduzida por “caso”

Com base na amostra de 300 dados de condicionais do português do Brasil contemporâneo, foi possível chegar aos seguintes resultados, no que diz respeito à posição da construção condicional introduzida por *caso* em relação a sua oração nuclear:

Tabela 6: Frequência da posição da oração condicional em relação à oração núcleo

²³ “as discourse unfolds and mental spaces are set up, the recovery of meaning fundamentally depends on the capacity to induce shared structures, map them from space to space, and extend the mappings so that additional structure is introduced and exported”

Anteposição		Posposição		Intercalação		Total
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	300
152	51%	100	33%	48	16%	

Fonte: Elaboração própria.

A oração condicional é aquela que está encaixada em um segmento nuclear em que a condicional pode aparecer na posição anterior à oração núcleo, intercalada ou posposta. Diversos estudos demonstraram que dentro da categoria condicional, a anteposição da construção em relação a sua oração núcleo é determinante em vista da posposição, e da intercalação. Na tabela acima, verificamos que, nas ocorrências com as condicionais iniciadas por *caso*, o resultado encontrado não é muito diferente dos estudos sobre o protótipo da categoria, 51% dos dados são de condicionais antepostas a sua oração núcleo. No total, de 300 ocorrências analisadas, 152 estão antepostas, 100 (33%) pospostas e 48 (16%) intercaladas.

Com base em Comrie (1986) e Haiman (1978), Dancygier (1998) afirma que as condicionais antepostas são mais frequentes, pois podem ser consideradas iconicamente motivadas, uma vez que a ordem natural é a condição acontecer anterior à consequência. Podemos ilustrar tal situação com os exemplos (64), (65):

(64) **Caso as condições de permeabilidade do solo não permitam a implantação do sumidouro**, deve-se implantar um clorador na sequência. (Corpus do Português: GBR curitiba.pr.gov.br)

(65) **Caso o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses do ano anterior**, terá ele o direito da declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos. (Corpus do Português: G BR 2viadeconta.com.br)

O que se vê nas ocorrências acima é que em ambas as construções *p* depende de *q*. Em outras palavras, significa que os eventos contidos nos segmentos subordinados acima devem acontecer antes que os eventos do conteúdo da sentença nuclear. Em (64),

a interpretação semântico-pragmática que se pode fazer é de que “as condições de permeabilidade do solo não permitir a implantação” deve ocorrer antes da “implantação de um clorador”. É possível ver que o autor da ocorrência em (64) ainda destaca que a implantação de um clorador deve ser realizada *na sequência* do evento na oração condicional.

A construção (65) também apresenta estados de coisas que estão relacionados sequencialmente, assim, a posição inicial da condicional pode ser explicada pelo fato do falante inferir de maneira lógica que “causa” normalmente deve vir antes do “efeito”, de tal modo, temos que “caso o consumidor não tenha utilizado os serviços durante todos os meses do ano anterior”, conseqüentemente “terá ele o direito da declaração de quitação dos meses em que houve faturamento dos débitos”.

A organização sintática das construções condicionais tende a acontecer tal como experienciadas pelo falante no mundo real, ou seja, uma coisa acontece após a outra. Desse modo, a configuração temporal da prótase deve ser anterior ou igual à da apódose, mas nunca posterior. Vejamos outro exemplo (66) em que prótase e apódose estão ambas relacionadas no tempo presente:

(66) **Caso surja alguma notícia ou a senhora se lembre de alguma coisa que possa nos ajudar a encontrar seu irmão**, telefone, mas não fale nada com mais ninguém, mesmo da polícia. (Corpus do Português: 19: Fic:Br:Garcia:Silencio)

A sentença em (66) demonstra, assim como as ocorrências anteriores, a tendência em posicionar os constituintes da oração em uma sequência temporal em que os eventos seguem uma linearidade padrão: condição precede consequência. Desse modo, na sentença acima é descrita uma situação em que a pessoa deve telefonar somente após surgir alguma notícia, ou se lembrar de alguma coisa, e etc. Há uma menor complexidade cognitiva para o falante ao elaborar e codificar sentenças que estão estruturadas exatamente na ordem como ele imagina que os eventos podem acontecer no mundo real. Assim, de maneira semelhante, em (67), tem-se uma premissa que antecede a conclusão:

(67) **Caso tenha ficado desempregado por um tempo relevante**, provavelmente, fez algumas dívidas e, portanto, elas devem ser prioridade. (Corpus do Português: G BR infomoney.com.br)

Como já dito, o domínio conceptual epistêmico é caracterizado, como afirma Sweetser (1990), como uma oração condicional que atua como uma premissa, isto é, uma proposição que caminha para uma conclusão que, por sua vez, é comunicada na oração núcleo, portanto, é possível afirmar que é comum que neste tipo de domínio cognitivo as condicionais apareçam antepostas.

Não é necessário, por sua vez, que a oração condicional e a núcleo apresentem uma sequência temporal dos eventos. O que Dancygier (1998) explica é que a iconicidade pode estar presente uma vez que há uma sequência de etapas no raciocínio que o ouvinte deve seguir para compreender a sentença. Assim, a autora destaca que a ordem linear pode ser icônica não apenas em termos de eventos, mas também em termos das pressuposições que devem vir antes que as conclusões.

As condicionais de ato de fala são utilizadas quando o falante/escritor apresenta uma declaração, um questionamento, um conselho, um desejo ou uma proposta. Portanto, esse domínio também pode assumir alguma função específica em relação ao posicionamento da oração condicional, como se pode verificar:

(68) **Caso não esteja correto**, como faço para calcular inicialmente o preço de custo de aquisição da mercadoria onde entre: Preço de compra, frete, impostos e outros custos, e só após isso calcular minha margem de lucro. (Corpus do Português: G BR acdematos.wordpress.com)

Em (68), mesmo que a oração nuclear não seja totalmente dependente da ocorrência da oração condicional, há uma motivação icônica visto que a leitura que realizamos é de que é preciso em primeiro lugar haver a pressuposição em *p* “caso não esteja correto”, para depois a pergunta ser realizada e *q* “como faço para calcular inicialmente o preço de custo de aquisição da mercadoria...”. De acordo com as palavras de Dancygier (1998, p.78) “alguns intervalos, por mais minuciosos que sejam, parecem separar os eventos de *p* e *q*, em que *p* começa antes que *q*.”²⁴ Pode-se, também, dizer que a condicional (68) funciona como um pano de fundo para que a oração núcleo seja anunciada.

²⁴ “some interval, however minute it is, seems to separate the events of *p* and *q*, with *p* starting earlier than *q*”.

Conforme Akatsuka (1985), as orações antepostas geralmente referem-se a uma porção de informação sobre a qual já se disse algo anteriormente. Assim, as prótases antepostas à oração núcleo funcionam como tópicos.

a) tópico de contraste:

(69) Se você é um wiki repórter, faça o login e seu comentário será postado imediatamente. **Caso não seja**, seu post entrará na lista de moderação de BrasilWiki!(Corpus do Português: G BR brasilwiki.com.br)

b) tópico de retomada:

(70) Você deve inicialmente requerer do banco a prestação de informações referentes ao cadastro, com a intenção de corrigir o erro visto que o banco também pode ter sido vítima do dolo provocado pelo seu sócio. **Caso isso já tenha sido procedido** é cabível ação judicial com objetivo de corrigir esse erro que se levado por muito tempo pode trazer graves consequências, com base na responsabilidade civil do banco perante o problema não resolvido. (Corpus do Português: G BR meuadvogado.com.br)

c) tópico de exemplificação:

(71) Deve-se também tentar reconhecer o OC do texto, o que pode se dar em função da PC. Por exemplo, **caso o texto tente convencer o leitor de algo**, pode-se associar o OC discutir. (Corpus do Português: 19Ac:Br:Lac:Misc)

d) tópico de alternativa ou opção:

(72) Casal sem filhos havia anos, o problema agora era escolher os nomes. **Caso fossem homens**, Cosme e Damião; **caso fossem mulheres**, Ifigênia e **Benedita**.(19:Fic:Br:Vieira:Mais)

Na ocorrência (69), o falante explica para seu interlocutor que “se você for um wiki repórter, é necessário realizar o login e seu comentário será postado

imediatamente”. Em seguida, por meio de uma condicional, o falante apresenta um tópico de contraste, ou seja, traz a ideia contrária: “caso **não** seja um wiki repórter, seu post entrará na lista de moderação de BrasilWiki”.

Na ocorrência seguinte (70), afirma-se que o interlocutor “deve requerer do banco a prestação de informações referentes ao cadastro”, e, na sequência, volta-se ao que foi dito anteriormente. Para isso, o falante usa uma condicional anteposta “caso **isso** já tenha sido procedido”, que funciona, então, como um tópico de retomada.

Em (71), por sua vez, a condicional anteposta é utilizada como um tópico de exemplificação. Nesse caso, há uma afirmação inicial “deve-se também tentar reconhecer o OC do texto, o que pode se dar em função da PC” que é seguida de um exemplo: “**Por exemplo**, caso o texto tente convencer o leitor de algo, pode-se associar o OC discutir”.

Por fim, há em (72) uma condicional metatextual que atua como tópico de alternativa/opção. A condicional anteposta traz duas informações que se alternam: 1) “caso fossem homens, Cosme e Damião” e, 2) “caso fossem mulheres, Ifigênia e Benedita”.

As condicionais metatextuais possuem funções, que segundo Dancygier (1998) são bem específicas. No geral, tomam uma posição medial na construção condicional em relação à oração núcleo. Isto porque essas condicionais são metalinguísticas, utilizadas como um recurso textual, atuando como um comentário ou um adendo sobre a cláusula principal, portanto estão sempre o mais próximo possível da porção de texto que é comentado, por isso ocorrem na maioria das vezes antecedendo o texto ou parte do texto a qual a condicional se refere. Desse modo, em termos de domínios cognitivos, a tendência é que as condicionais metatextuais assumam a posição medial em relação à oração núcleo. Como comprova a tabela 7 em que 60 % (29) das ocorrências intercaladas pertencem ao domínio metatextual:

Tabela 7: Ocorrência da posição da oração condicional em relação ao domínio cognitivo

Domínio	Anteposição da oração condicional. (152)		Posposição da oração condicional. (100)		Intercalação da oração condicional. (48)	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%

Domínio de conteúdo	41	27%	17	17%	1	2%
Domínio epistêmico	42	28%	15	15%	9	19%
Domínio de atos de fala	48	32%	44	44%	9	19%
Domínio metatextual	21	14%	24	24%	29	60%

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa na tabela 7, de 152 ocorrências, são mais frequentes as condicionais antepostas que pertencem ao domínio de atos de fala, com 48 ocorrências (32%). No domínio epistêmico estão 42 (28%) ocorrências, ao domínio de conteúdo pertencem 41 (27%) das orações, e por fim, 21 (14%) são metatextuais.

Quanto à posposição, de 100 ocorrências investigadas, 44 (44%) são do domínio de atos de fala, 24 (24%) são metatextuais, 17 (17%) de conteúdo, e 15 (15%) pertencem ao domínio epistêmico. No que concerne as intercaladas, de 48 ocorrências, 29 (60%) são metatextuais, 9 (19%) são epistêmicas e de atos de fala, e 1 (2%) é de conteúdo.

As condicionais pospostas ou intercaladas, na maioria das vezes, funcionam para realçar, enfatizar ou mesmo restringir o segmento nuclear ou parte dele. Como em:

(73) Os atendentes de lá estão preparados para atender você, e **caso seja necessário**, eles mesmos enviam você pra falar com a pessoa correta. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Web)

Segundo Zamproneo (1998 *apud* HIRATA, 1999), as condicionais pospostas e intercaladas podem desempenhar a função de reparação. É o que se vê em (74) e (75) em que as orações condicionais funcionam como adendos restritivos, uma vez que restringem o significado da oração núcleo:

(74) No caso da responsabilidade penal o jornalista, além de prestar serviço comunitário, terá pena de multa que pode variar de R\$ 1 mil a R\$ 50 mil e até

dobrar, caso esse valor seja insuficiente diante do poder econômico do réu.

(Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Tar)

(75) Atenção, além da lista de documentos acima, quem decidir assinar um contrato de compra de imóvel no próprio Feirão deve apresentar a certidão de nascimento, caso seja solteiro, ou de casamento, se for casado.(Corpus do Português: G BR abr-casa.com.br)

A oração condicional posposta em (74) se trata de um adendo informacional com função restritiva, pois o falante delimita o conteúdo da oração à medida que especifica quais são os casos em que cabe determinados valores de multa. Isto é, na oração principal “terá pena de multa que pode variar de R\$ 1 mil a R\$ 50 mil e até dobrar”, o evento do fragmento *até dobrar* só ocorre se o valor estipulado for insuficiente diante do poder econômico do réu.

Em (75), a oração condicional intercalada também se realiza como um adendo restritivo por estar assinalando que o fragmento da oração núcleo “apresentar a certidão de nascimento” está direcionado especificamente ao conteúdo da oração condicional “caso seja solteiro”.

Na ocorrência (76), o falante usa a condicional posposta como uma ressalva do que foi declarado anteriormente.

(76) Saber os princípios é importante para ajudar a focar no que é relevante, mas de nada adianta saber os princípios caso não se saiba traduzir e aplicar estes princípios para cada contexto e realidade. (Corpus do Português: G BR businessreviewbrasil.com.br)

Nessa ocorrência (76), o falante apresenta uma ressalva na oração núcleo: “nada adianta saber os princípios”. Assim, a condicional posposta é usada como um modo de avaliar o que foi enunciado na apódose pelo falante “caso não se saiba traduzir e aplicar estes princípios para cada contexto e realidade”.

Para Zamproneo (1998) as orações pospostas ou intercaladas podem obter a função “reparadora” também diante de declarações que envolvem promessas e compromissos na oração núcleo. Vejamos as ocorrências (77) e (78).

(77) Eles devem procurar a Receita Estadual, pois podemos fazer o parcelamento da dívida, caso seja necessário. (Corpus do Português: G BR 4mail.com.br)

(78) Nas conversas, Paulo Preto disse que não ia admitir ser abandonado pelo partido. E que iria "« abrir o verbo "», caso continuasse apanhando sozinho. (Corpus do Português: G BR ...candalosdejoseserra.blogspot.com)

Nesses casos (77-78), segundo Zamproneo (1998), o falante se envolve com uma promessa, assumindo um compromisso futuro, mas, ao perceber o peso de suas afirmações, retoma à sua declaração e assume um novo ponto de vista. Nessa perspectiva, a condicional posposta é utilizada para reparar o compromisso que antes fora firmado, e, então, suavizar a afirmação.

Em suma, é possível visualizar, através da investigação dos dados, que as condicionais pospostas e as orações intercaladas costumam ser construções mais (inter)subjetivas do que as antepostas, por apresentarem, geralmente, um julgamento do falante sobre a situação contida na oração núcleo. Percebe-se que as condicionais pospostas e intercaladas aparecem com maior frequência em domínios de atos de fala e metatextual, os quais estão relacionados a fatores de caráter pragmático, discursivo e retórico, enquanto que as condicionais antepostas costumam ligar situações mais concretas, e por isso, apresentam maior frequência no domínio de conteúdo do que a ordem posposta e intercalada.

As construções condicionais introduzidas por *caso* possuem semelhança às condicionais introduzidas por *se*, pois além de apresentarem a posição inicial na maioria dos casos, a posposição e intercalação também são bastante frequentes, o que mostra que a condicional aqui analisada, assim como a prototípica, pode variar em termos de posicionamento da cláusula subordinada a depender do sentido que o falante deseja construir na interlocução.

5.7 A correlação modo-temporal em construções condicionais introduzidas por “caso”

Nessa seção, o objetivo é apresentar as correlações modo-temporais estabelecidas em construções condicionais introduzidas por *caso*. As condicionais aqui

analisadas aparecem em 34 configurações verbais distintas em 300 ocorrências do português contemporâneo:

Tabela 8: Frequência da correlação modo-temporal em construções condicionais com “caso”

Qtd.	PRÓTASE	APÓDOSE	TOTAL	%
1.	Presente do Subjuntivo	Presente do Indicativo	59	19,66%
2.	Presente do Subjuntivo	Locução Verbal – Presente do Indicativo + infinitivo (21) ou particípio (05) ou Gerúndio (02)	28	9,33%
3.	Presente do Subjuntivo	Futuro do presente do Indicativo	40	13,33%
4.	Presente do Subjuntivo	Locução Verbal – Futuro do presente do Indicativo + infinitivo (06) ou particípio (01)	07	2,33%
5.	Presente do Subjuntivo	Presente do Imperativo	28	9,33%
6.	Presente do Subjuntivo	Locução Verbal – Presente do Imperativo +	03	1%

		infinitivo		
7.	Presente do Subjuntivo	Futuro do pretérito do Indicativo	04	1,33%
8.	Presente do Subjuntivo	Pretérito perfeito do Indicativo	02	0,66%
9.	Presente do Subjuntivo	Pretérito mais que perfeito do Indicativo	01	0,33%
10.	Locução Verbal – Presente do Subjuntivo + infinitivo (06) ou particípio (04) ou Gerúndio (01)	Presente do Indicativo	11	3,66%
11.	Locução Verbal – Presente do Subjuntivo + infinitivo (04) ou particípio (03)	Futuro do presente do Indicativo	07	2,33%
12.	Locução Verbal – Presente do Subjuntivo + infinitivo (01) ou Gerúndio (01)	Presente do Imperativo	02	0,66%
13.	Locução	Locução	04	1,33%

	Verbal – Presente do Subjuntivo + infinitivo ou particípio	Verbal – Presente do Indicativo + infinitivo (03) ou particípio (01)		
14.	Locução Verbal – Presente do Subjuntivo + infinitivo	Locução Verbal – Futuro do presente do Indicativo + infinitivo	03	1%
15.	Presente do Subjuntivo	Infinitivo impessoal	02	0,66%
16.	Presente do Subjuntivo	Gerúndio	01	0,33%
17.	Presente do Subjuntivo	Sem verbo	01	0,33%
18.	Futuro do Subjuntivo	Presente do Indicativo	02	0,66%
19.	Futuro do Subjuntivo	Locução Verbal – Presente do Indicativo + infinitivo	02	0,66%
20.	Futuro do Subjuntivo	Presente do imperativo	01	0,33%
21.	Futuro do Subjuntivo	Futuro do presente do Indicativo	02	0,66%
22.	Futuro do Subjuntivo	Futuro do pretérito do Indicativo	01	0,33%

23.	Pretérito perfeito (composto) do Subjuntivo	Presente do Indicativo	04	1,33%
24.	Pretérito perfeito (composto) do Subjuntivo	Futuro do presente do Indicativo	02	0,66%
25.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Futuro do presente do Indicativo	01	0,33%
26.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Futuro do pretérito do indicativo	55	18,33%
27.	Locução Verbal – Pretérito Imperfeito do Subjuntivo + infinitivo	Futuro do pretérito do indicativo	01	0,33%
28.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Locução Verbal – Futuro do pretérito do indicativo + infinitivo	01	0,33%
29.	Locução Verbal – Pretérito Imperfeito do Subjuntivo + infinitivo	Locução Verbal – Futuro do pretérito do indicativo + infinitivo	01	0,33%
30.	Pretérito	Pretérito	04	1,33%

	Imperfeito do Subjuntivo	perfeito do Indicativo		
31.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Pretérito imperfeito do Indicativo	05	1,66%
32.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais que perfeito do Indicativo	01	0,33%
33.	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	Sem verbo	03	1%
34.	Sem verbo	Infinitivo	01	0,33%

Fonte: Elaboração própria.

O esquema modo-temporal que é mais frequente apresenta o tempo presente do modo subjuntivo na prótase e presente do indicativo na apódose. Outra correlação que apresentou frequência similar foi pretérito imperfeito do subjuntivo em *p* e futuro do pretérito do indicativo em *q*. As correlações no presente do modo subjuntivo na prótase e presente do indicativo na apódose ocorreram 59 vezes (19, 66%), e pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito do indicativo na apódose, 55 (18,33%), de uma amostra de 300 construções. Essas condicionais podem ser observadas em (79) e (80) respectivamente:

(79) Nos filmes americanos, os policiais não ficam tão desamparados. O médico legista praticamente desvenda o crime para o detetive, este só tem que fazer uma perseguição espetacular pelas ruas de Nova York, São Francisco ou Los Angeles. Caso o legista **falhe**, **há** sempre a possibilidade de se enviar um fio de cabelo encontrado no local do crime para o FBI e no dia seguinte saberemos até por qual time de futebol seu proprietário torce. (Corpus do Português:19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

(80) Dormiu mal, agitado, acordou com a chuva vergastando rudemente a vidraça descida. E se chovesse no dia seguinte, se a mãe não lhe permitisse ir à escola? Não se abalou com esta idéia, sentindo que nenhuma força do mundo seria

capaz de detê-lo. Caso isto se **desse, fugiria**, iria de qualquer modo, afrontaria todos os perigos imagináveis. (Corpus do Português:19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

Nas condicionais prototípicas, iniciadas pelo conector *se*, o verbo aparece tanto no modo indicativo quanto no modo subjuntivo. Não é o que notamos nas condicionais com *caso*, que só inicia orações no modo subjuntivo, como se pode ver nas diferentes correlações apresentadas na tabela 8. Outra distinção em relação às orações iniciadas por *se* se refere ao fato de que as condicionais com *caso* podem aparecer no presente do modo subjuntivo, enquanto que nas condicionais canônicas não há essa possibilidade.

Como dito anteriormente neste trabalho, a característica semântica de não-assertividade das condicionais aqui analisadas é construída, necessariamente, pelo modo subjuntivo do verbo, pois o conector *caso* não constrói significado hipotético sem estar vinculado a este tipo de estrutura verbal. Haja vista que este tipo de modo verbal expressa, conforme Gívon (1995), uma certeza menor, é exatamente através do subjuntivo que *caso* é capaz de estabelecer uma relação condicional. Deslocado desse modo verbal, *caso* passa a ter significados mais próximos à noção de factualidade, como, por exemplo, a acepção de “fato”, “situação”, “acontecimento”.

Além disso, as formais verbais atualizadas - principalmente em tempos de futuro, e no modo subjuntivo - corroboram para a construção da leitura preditiva nas condicionais iniciadas por *caso*. A sentença em (81) ilustra como as formas verbais utilizadas (presente do subjuntivo na prótase e futuro do presente do indicativo + particípio na apódose) estabelecem a interpretação de predição.

(81) *Caso* o adicto **utilize** outro tipo de droga, ele **será encaminhado** para outro parceiro da promotoria, como Amor Exigente, Narcóticos Anônimos ou Associação Antialcoólica de São Paulo. (Corpus do Português: G BR aabr.com.br)

A causalidade entre *p* e *q* exige formas verbais que sugerem uma sequencialidade temporal, em que *p* antecede o evento em *q*, como se vê na ocorrência acima (81), que pertence ao domínio de conteúdo. Segundo Chondrogianni (1997, apud Guiraldelli, 2004), o uso do modo subjuntivo pode expressar predição ou expectativa do falante em relação ao estado de coisas descrito. Nesse sentido, na ocorrência (81), o verbo no presente do subjuntivo na prótase demonstra que o falante prevê e/ou espera que o “adicto utilize outro tipo de droga” no futuro, e traz na apódose a consequência/

efeito dessa possível realização em *p* utilizando formas verbais no futuro em *q*: “ele será encaminhado para outro parceiro”.

As correlações verbais também estão configuradas de modo a contribuir para a interpretação das condicionais epistêmicas, como em (82).

(82) O fato é que **pode parecer** estranho *caso* você **consiga** a barganha em adquirir 1000 links com outro site entre um dia ou dois. (Corpus do Português: G BR brasilmedia.com)

Em (82), verifica-se que, uma vez que as condicionais epistêmicas apresentam em *p* uma premissa para a conclusão em *q*, o modo subjuntivo da prótase foi utilizado para expressar uma suposição, isto é, algo que não é concebido como real, enquanto que o verbo da apódose é usado no modo indicativo para revelar a conclusão que o falante realizou ao considerar a proposição da prótase. Nota-se que, em condicionais de conteúdo e epistêmicas, as correlações modo-temporais sugerem uma linearidade temporal, em que *p* apresenta tempos anteriores ou iguais ao evento de *q*. Isso pode ser visualizado na ocorrência (82) em que a prótase está no tempo presente do modo subjuntivo, e, na apódose, o uso do presente do indicativo correlacionado ao verbo no infinitivo (*pode parecer*) implica uma possibilidade futura.

No entanto, o uso do modo subjuntivo nem sempre revela projeção futura. As condicionais que se referem a domínios conceituais de atos de fala e metatextuais possuem uma relação mais frouxa entre a oração condicional e a nuclear, e apresentam, conseqüentemente, maior liberdade quanto à correlação modo-temporal. Como explica Dancygier (1998), nesses domínios, o conteúdo da apódose não é dependente do evento da prótase, e nem seguem uma sequencialidade entre *p* e *q*. Como podemos ver nas ocorrências (83) e (84) em que há uma condicional de atos de fala, e uma metatextual, respectivamente.

(83) Tenho 50 % da sociedade, minha sócia não tem como comprar minha parte, sendo que parte dos meus 50 % são dívidas, não sei o que fazer... as vezes acho que o melhor é vendermos a loja e pelo menos pagarmos todos e recomençar em outro lugar caso ela queira. (Corpus do Português: G BR acdematos.wordpress.com)

(84) O nível de concentração também tem influência nas relações intersetoriais, por exemplo, em uma indústria de bens de capital que tenha uma estrutura oligopolística, a alta concentração afetará seus preços, que, por sua vez, afetarão os preços e os processos de produção em outras indústrias, caso estas sejam consumidoras dos bens da primeira indústria. (Corpus do Português: G BR eps.ufsc.br)

Nas construções acima, os eventos entre a prótase e a apódose não se relacionam numa sequencialidade em que p desencadeia o fato em q (domínio de conteúdo), ou parte-se da premissa em p para concluir q (domínio epistêmico). Nesses casos, vê-se que, em (83), o falante se apoia na condicional “caso ela queira” para enunciar o ato de fala “às vezes acho que o melhor é vendermos a loja e pelo menos pagarmos todos e recomeçar em outro lugar”. A oração condicional não precisa, necessariamente, estar num tempo que seja anterior ou igual ao tempo da apódose. Na condicional metatextual (84), igualmente, o falante realiza um comentário na prótase sobre a apódose. Assim, a condicional “caso estas sejam consumidoras dos bens da primeira indústria” funciona como um adendo e retoma parte da oração anterior “outras indústrias”.

De acordo com Chondrogianni (1997, apud Guiraldelli, 2004), o uso do subjuntivo atenua a franqueza da relação entre falante e ouvinte. Arelado à modalidade *irrealis*, o subjuntivo oferece fraca evidência acerca do que é dito pelo falante, diminuindo as oportunidades do ouvinte em desafiar, ou refutar o conteúdo que foi afirmado (PIMPÃO, 1999). Por estar relacionada a traços de incerteza, a escolha do modo subjuntivo demonstra menor grau de adesão e de comprometimento com o que está sendo dito. Nesse sentido, o modo subjuntivo é capaz de atenuar a força ilocucionária do ato de fala, demonstrando polidez do falante para com seu ouvinte. Pode-se dizer, no que diz respeito às metatextuais, que a utilização do subjuntivo em p serve para atenuar a força asseverativa do conteúdo informacional de q . A construção condicional não conclui uma declaração em si, mas funciona como uma “nota de rodapé” não-assertiva para o conteúdo da construção nuclear.

Em termos de atitude do falante, as sentenças aqui analisadas apresentam distanciamento epistêmico neutro, e negativo. As construções condicionais introduzidas por *caso* que demonstram postura neutra do falante são aquelas que têm o verbo da prótase no modo subjuntivo nos tempos presente e futuro, e o verbo da oração núcleo no presente, no passado e no futuro. As construções potenciais que são mais recorrentes

são as que apresentam presente do subjuntivo na subordinada e presente do indicativo na oração núcleo:

(85) Os atendentes de lá estão preparados para atender você, e *caso seja* necessário, eles mesmos **enviam** você pra falar com a pessoa correta. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Web)

E presente do subjuntivo na condicional e futuro do presente do indicativo na nuclear:

(86) O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, declarou que os fundos das estatais **terão** um rombo de R\$ 15 bilhões em 2010 *caso não façam* um ajuste agora. (Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:ISP)

Nas condicionais potenciais, o falante encara a realização da condição como possível, como em (85) em que é construída uma situação que é provável que aconteça. Em (86), semelhantemente, através da escolha modo-temporal é possível depreender que a condicional “caso não façam um ajuste agora” correlacionada à oração núcleo “o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, declarou que os fundos das estatais terão um rombo de R\$ 15 bilhões em 2010” expressa uma informação a qual o falante acredita que é possível de acontecer ou que ao menos é esperada ou previsível.

Em orações com distanciamento epistêmico negativo, o falante crê que no cumprimento da condição como sendo impossível. Essas sentenças podem ser exemplificadas em (87):

(87) - (então) vamos supor *caso* você **tivesse** um cachorro - e ele apresentasse (alguém) assim alguns sintomas de doença - éh você mesmo **procuraria** - curá-lo - ou você **recorreria** a alguém?(Corpus do Português: 19Or:Br:LF:SP)

A sentença acima, com referência de futuro do pretérito na apódose e de pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase, expressa uma crença negativa do falante, de modo que ele não espera ou acredita que o ouvinte tenha um cachorro com alguns sintomas de doença. Mas, apenas constrói a sentença para criar uma situação hipotética a qual o falante não crê como realizável ou possível no momento em que fala. O falante

está imaginando que o ouvinte tenha um cachorro. Porém, não está especificamente considerando que haja essa situação no futuro. Usos com o modo subjuntivo no passado demonstram a intenção do falante em ser polido.

Essas condicionais que manifestam o tempo pretérito também são construídas como estratégia do falante para expor ao seu ouvinte fatos que aconteceram ou que poderiam ter acontecido em um momento anterior da fala. Vejamos no exemplo a seguir:

(88) Caso ela **tivesse** uma hemorragia, **bastaria** leva-la ao hospital sem dar explicações. Só depois nos demos conta de que o hospital mais próximo ficava a 80 km. (Corpus do Português: G BRaborto.aaldeia.net)

Nessa ocorrência (88), o falante demonstra na condicional, por meio dos tempos e modos verbais utilizados, que a situação aconteceu ou ao menos teria acontecido em um momento antecedente ao momento da fala. O conteúdo da prótase “caso ela tivesse uma hemorragia” articulado ao conteúdo da apódose “bastaria leva-la ao hospital sem dar explicações” codifica uma suposição que é contrária aos fatos. O modo como o falante empacota os tempos verbais no passado para sinalizar uma projeção futura demonstram contrafactualidade/irrealidade.

As condicionais que aqui foram investigadas são predominantemente potenciais, isto é, em termos de distanciamento epistêmico, o falante considera a situação da condicional como uma ocorrência possível. Nessas ocorrências, o presente do subjuntivo na prótase e presente do indicativo na apódose é a construção mais frequente o que demonstra que o falante utiliza as condicionais com *caso* quando crê que o evento tem uma menor possibilidade de ocorrência. Sendo o subjuntivo o único modo verbal utilizado na prótase, afirma-se que as construções condicionais introduzidas por *caso* são caracterizadas por exibir uma configuração verbal que prevalece a não facticidade.

As correlações modo-temporais também auxiliam na elaboração de espaços mentais hipotéticos nas construções com *caso*:

(89) Também advertimos sobre a importância de **ser feito** contrato e seguro junto a uma Agência de Turismo, como prevenção, *caso* **aconteça** algum incidente. (Corpus do Português: G BR acessoinformacao.turismo.gov.br)

Vê que através do subjuntivo na prótase é possível interpretar em *p* duas situações que se alternam e, conseqüentemente, criam-se espaços mentais alternativos em *q*. Ou seja, há na condicional “caso aconteça algum incidente” duas possibilidades, a de ocorrer ou não um incidente, e, portanto, há também duas situações possíveis na apódose: ser feito ou não um contrato e seguro junto a uma agência de turismo. Percebe-se, aqui, e também nas ocorrências anteriores que são as formas verbais utilizadas (especificamente o modo subjuntivo na prótase, e tempos de futuro na apódose) que possibilitam a leitura de condição em construções introduzidas por *caso*. Pois, como demonstrado por Givón (1995), o subjuntivo é mais do que um traço estrutural, é também um fator da ordem semântica o qual se relaciona com a modalidade epistêmica, evidenciando traços de incerteza, futuridade, dúvida, expectativa, e suposição. Significados que são essenciais para a expressão de condicionalidade.

Em linhas gerais, a correlação modo-temporal constitui traço de extrema importância para a compreensão da condicionalidade nas construções iniciadas por *caso*, pois a interpretação hipotética dessas orações se dá justamente por meio dos esquemas verbais correlacionados ao conector *caso*. É, portanto, através da composição que se dá entre as correlações modo-temporais específicas e o conector *caso* que traços como causalidade, não-assertividade, predição, distância epistêmica, e espaços mentais são instaurados nas construções introduzidas por *caso*.

Desse modo, através da investigação dos dados, observamos que as construções introduzidas pelo conector *caso* atende a todos os parâmetros de condicionalidade e, portanto, se constitui como um exemplar dessa categoria. No entanto, percebemos que para esse conector estabelecer uma relação de condição ele depende de outros aspectos presentes na estrutura condicional. O que quer dizer que esta construção é menos não assertiva do que as condicionais introduzidas pela conjunção *se*, a qual pode construir não factuality sozinha. O conector *caso* por si só não atua como um operador hipotético e também não projeta um espaço mental a partir do qual outro se valida. Vimos que esses traços básicos presentes no exemplar prototípico podem ser instaurados não pela presença do conector *caso*, mas por correlações verbais específicas que possibilitam com que estas construções expressem condição. Sendo assim, considera-se o modo subjuntivo, dada sua característica não factual, como o principal motivador da interpretação de condicionalidade nessas construções. Entende-se, portanto, que a construção introduzida por *caso* somente quando esquematizada a determinadas formas temporais, especificamente aquelas que indicam incerteza,

predição, e traços de futuridade, podem ser caracterizadas como um exemplar da categoria condicional.

A verificação de cada parâmetro de condicionalidade nos permitiu mostrar como a zona da condicionalidade é uma categoria que apresenta alto grau de complexidade, haja vista a variedade de construções que essa classe é capaz de abrigar. Foi possível revelar, além disso, quais são os principais aspectos de significado e de organização estrutural e conceitual envolvidos na composição da construção condicional introduzida por *caso*. Assim, também mostramos que essa construção atende todos os parâmetros de condicionalidade, estando próxima do núcleo prototípico, caracterizando-se como um exemplar que possui significados que são mais básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal investigar as construções condicionais introduzidas por *caso*, a fim de possibilitar sua caracterização para o português do Brasil e assim, verificar quais são os principais traços que permitem que essa construção possa ser considerada como um exemplar da categoria condicional. Nesse sentido, traçamos como objetivos específicos (i) analisar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das construções condicionais iniciadas por *caso* bem como (ii) investigar os parâmetros definidores de condicionalidade propostos por Dancygier (1998) – causalidade, não-assertividade, predição, distância epistêmica e espaços mentais – com o foco em verificar de que modo a condicionalidade se constitui nessas construções. Os objetivos foram selecionados a partir do pressuposto de que, dada a peculiaridade do conector *caso*, acredita-se que a ideia de condição se estabeleça de forma particular.

A análise das construções condicionais introduzidas por *caso* teve como principal referencial teórico princípios funcionalistas aliados a aspectos cognitivistas, considerando a relativa instabilidade da gramática, e a inerente relação entre forma e significado, em que a gramática é concebida a partir de uma rede de construções, determinada pelo uso e pela cognição.

Nesta dissertação, foi possível constatar que a anteposição, assim como nas condicionais canônicas, é o uso não marcado. Essa questão pode ser explicada pelo princípio da iconicidade, uma vez que condição geralmente acontece antes da consequência/conclusão, e desse modo, o falante tende a estruturar a oração tal como a situação é por ele vivenciada no mundo real. Além disso, demonstramos que este fator está ligado ao significado básico das condicionais, que é a causalidade desencadeada nas orações *p* e *q*.

No presente trabalho também foi possível demonstrar que as construções introduzidas por *caso* possuem relações condicionais que se colocam em diferentes domínios discursivos: o que se refere ao mundo concreto (em que se relacionam estados de coisas) o domínio conceptual de conteúdo, o epistêmico (referentes à ligação de situações prováveis entre os eventos), do domínio de atos de fala (as relações intercomunicativas, em que a condicional é utilizada como pano de fundo para um ato

de fala), e domínio metatextual (nível mais intersubjetivo, em que a condicional é utilizada como recurso textual, de modo geral).

Verificamos que as condicionais também vinculam hipóteses que são base para o falante projetar uma previsão em um futuro potencial, sendo assim condicionais preditivas. Outro fator analisado foi distância epistêmica, as orações condicionais na estrutura “*Caso p, q*” são utilizadas quando o falante se distancia da verdade enunciada, apresentando posicionamento neutro ou negativo. A característica de postura epistêmica distanciada está relacionada à correlação modo-temporal da construção, apresentando-se apenas no modo subjuntivo, e com maior frequência no tempo presente do modo subjuntivo na prótase e presente do indicativo na apódose, e pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito do indicativo na apódose.

A tendência geral é de que as orações hipotáticas condicionais veiculem não-assertividade a partir da conjunção que introduz a condicional, no entanto as condicionais aqui analisadas revelam não-assertividade através de outros aspectos composicionais, sendo fundamental a presença do modo subjuntivo, haja vista que este modo verbal revela incerteza e menor grau de probabilidade de ocorrência dos eventos descritos.

Os espaços mentais que são elaborados na construção condicional introduzida por *caso* também estão relacionados aos esquemas modo-temporais em que *caso* está associado. Assim, na relação entre as orações (prótase e apódose) são construídos espaços mentais hipotéticos, em que o evento da oração condicional precisa ser confirmado para a ocorrência ou não do evento descrito na oração núcleo.

É possível concluir através deste estudo que a condicional introduzida por *caso* integra a categoria condicional e trata-se de um exemplar próximo da prototipicidade, por apresentar traços que estão na base do significado condicional tal como propõe Dancygier (1998), como causalidade, não-assertividade, predição, distância epistêmica, e espaços mentais.

Nota-se que a condicional com *caso* se diferencia da condicional prototípica em termos de correlações modo-temporais. O motivo pelo qual a condicional introduzida por *caso* não é utilizada no modo indicativo pode ser explicado pela própria semântica do nome *caso*, que ao contrário da conjunção *se*, pode ser usada em contextos em que o significado de *caso* está ligado a um fato, uma situação, etc. É através do esquema verbal que traços como causalidade, não-assertividade, predição, distancia epistêmica e espaços mentais podem ser codificados nas construções introduzidas por *caso*. Sendo

assim, esse tipo de construção somente expressa condicionalidade quando esquematizada a traços formais específicos, como o uso restrito do modo subjuntivo do verbo.

Assim, podemos chegar à reflexão que a investigação da condicionalidade não pode reduzir-se no tratamento da construção prototípica, uma vez que cada estrutura pode revelar diferentes aspectos conceituais para o estabelecimento do significado condicional (OLIVEIRA, HIRATA-VALE, 2017). Espera-se que através da descrição de cada traço formal e funcional da condicional introduzida por *caso* bem como o modo como essa construção se relaciona com o núcleo prototípico possa contribuir no entendimento da categoria condicional no português do Brasil.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas: **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Org. Paulo Geiger. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AKATSUKA, N. Conditionals and the epistemic scale. **Language**, v. 61, n. 3, p. 625-39, 1985.

ATHANASIADOU, A. *et al.* (Eds.) **On conditionals again**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997.

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

_____. Conditionals and speech acts. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 197-213.

BUTLER, C. F. **Structure and Function: Guide to Three Major Structural Functionalist Theories**. Part I Approaches to Simple Clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 1-32, 2003.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

BYBEE, Joan. **From usage to grammar: the mind's response to repetition**. *Language* 82(4). 711-733, 2005.

_____. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. **Língua, uso e cognição**; trad. CUNHA, Maria Angélica Furtado da. São Paulo: Cortez, 2016.

CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LY, C. N. (ed.) **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976, p.25-55.

_____. How people use adverbial clause. **Proceedings of the tenth meeting of the Berkeley Linguistics Society**, Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p.437-450.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.). **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-99, 1986.

CROFT, W. **Typology and Universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Radical construction grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F. et al. **A Linguística Funcional Centrada no Uso**: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CUNHA, M. A. F. & CEZARIO, M. M. *Linguística Centrada no Uso*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

_____. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. **Revista Linguística** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, dez de 2016, p. 55-67.

DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DANCYGIER, B. & Eve SWEETSER. **Mental Spaces in Grammar: Conditional Constructions**. Cambridge Studies in Linguistics 108. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português**: 45 million words, 1300s-1900s. Available online at <http://www.corpusdoportugues.org>, 2006.

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. In: CAMPOS, O. G. L. A. S. (org.). **Descrição do português: abordagens**

funcionalistas. Araraquara São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Letras – SCL – AR, 1999.

DIK, C. S. **Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1978.

_____. **Studies in Functional Grammar**. London: Academic Press, 1980.

_____. **Theory of functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

FAUCONNIER, G. **Mappings in Thought and Language**. New York: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Mental spaces: Aspects of meaning construction in natural language**. Cambridge: MIT Press, 1985.

FAUCONNIER, G.; SWEETSER, E. (orgs.). **Spaces, worlds and grammar**. Chicago: Chicago University Press. 1996.

FERRARI, Lilian. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional . **Veredas**, v. 3, n.1: 115-121, 1999.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. **Veredas**, v. 4, n.1: 21-30, 2000.

_____. Construções gramaticais e a Gramática das construções condicionais. **Scripta**, vol. 5, n. 9: 143-150, 2001.

FERRARI, Lilian; SWEETSER, Eve. Subjectivity and upwards projection in mental space structure. In: DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. (Org.) **Viewpoint in Language** – a multimodal perspective. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

FILLENBAUN, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On Conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 179-195.

FILLMORE, C. An alternative to checklist theories of meaning. In: **Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**. 1975.

_____. Frame semantics and the nature of language. In: **Annals New York Academy of Science**. 1976.

_____. Frames and the semantics of understanding. In: **Quaderni di Semantica**. vol VI n.2. 1985.

_____. “Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences.” In M. Ziolkowski, M. Noske, and K. Deaton (eds.), **Papers from the 26th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 137–62, 1990.

FORD, C. & THOMPSON, S. Conditionals in discourse: a text based study from English. In: TRAUGOTT, E. et al. **On Conditionals**. London, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney: Cambridge University Press, 1986, p 356-372.

GIVÓN, T. Modal Prototypes of Truth and Action. In: **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Publishing Company, 1995, p.111-171.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. **E. Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GUIRALDELLI, L. A. **O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deôntica e volitiva**. São José do Rio Preto: 2004, 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

GREENBERG, J. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. **Universals of Language**, Cambridge: MIT Press, 1963, p. 73–113.

GRICE, H. P. Logic And Conversation. In COLE, P. & MORGAN, J. (orgs.) **Syntax and Semantics**. Nova York: Speech acts, v. 3, 1975.

GRYNER, H. **A variação tempo-modo e conexão nas orações condicionais do Português**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.

_____. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 28, 1995, p. 69-83.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____. **An Introduction to Functional Grammar (2ª ed.)**. London: Edward Arnold, 1994.

HAIMAN, John. Conditionals are Topics. **Language** 54, p. 565-589, 1978.

_____; THOMPSON, Sandra. (Eds.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. 433p.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA, F. B. M. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil**. Araraquara, 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, 1999.

HIRATA-VALE, F. B. M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico pragmático**. Araraquara, 135 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, R. A Dynamic Usage Based Model. In BARLOW, M. & KEMMER, S. **Usage-Based Models of Language**. Chicago: University of Chicago Press, p. 1- 63, 2000.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra. (Eds.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, p. 181-225, 1988.

LONGACRE, R & THOMPSON, S. Adverbial Clauses. In: SHOPEN, T. **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MARTELOTTA, M; AREAS, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA *et al.* **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MATHIESSEN, & THOMPSON, S. The Structure of Discourse and Subordination. In HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds.) **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 275- 329, 1988.

NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. **Alfa** , V. 38 , PP. 109-127, 1994.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. “As construções condicionais”. In: NEVES, M.H.N. (org.) **Gramática do Português Falado**. V. VII: Novos estudos. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP; Campinas, Editora da Unicamp. Pp. 397-444, 1999.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013

OLIVEIRA, T. P. de. **As estratégias discursivo- pragmáticas das orações condicionais no português do Brasil: polidez, ameaça e promessa**. Goiânia, 2002, 80 f. Monografia (Bacharelado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás.

_____. **A manifestação da polidez nas orações condicionais**. São José do Rio Preto, 2004, 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

_____. **Conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. Araraquara, 155 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2008.

_____. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo Funcional. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco. **Funcionalismo linguístico: análise e descrição**. São Paulo: Contexto: 119-146, 2012.

_____. Conjunções adverbiais no português. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 22, n. 1: 45-66, 2014.

OLIVEIRA, T. P. de; HIRATA-VALE, F.B.M. A condicionalidade como zona conceitual. **Delta**, v. 33.n. 1: 291-313, 2017.

PIMPÃO, T. S. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PINTO, M. P. P; OLIVEIRA, T. P. de. O esquema causal da condicional “se não me engano”. **Raído**, Dourados, MS, v. 10, n. 24, 2016.

ROSCH, E. H. Natural categories. **Cognitive Psychology** 4: 328–50, 1973.

TRAUGOTT, E. C. Conditional Markers. In: HAIMAN, J. **Iconicity in Syntax**. New York/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1985, p. 289-307.

TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SCHWENTER, S. A. **Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity, and exclusivity**. New York: Routledge, 1999.

SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ZAMPRONEO, S. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo**. Dissertação, Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara: Unesp, 1998.